



JORNAL DE DEBATES

RIO-SÃO PAULO - 4 a 10 DE ABRIL DE 1973 - ANO XXIII - N 7 - Cr\$ 2,00



1º de abril de 1964: Carlos Lacerda, guarda-costas e auxiliares, deixam o Palácio Guanabara, depois de alguns dias de cerco; estava vitoriosa a revolução.

JD analisa os 9 anos da revolução

Prior traça perfil de Amaral Neto

Genival Rabelo mostra o fim da pequena empresa

Limeira Tejo insiste: Ninguém come PNB

Mr. Gervitz
 Here is our report on the Chilean situation and what we have accomplished over the weekend.
 W. R. Merriam

WASHINGTON OFFICE
 6 STANLEY H.W.
 WASH., D. C. 20530

TO: Mr. W. R. Merriam
 FROM: J. D. Neal
 SUBJECT: Chile - White House; State Department; Attorney General.

DATE: September 14, 1970

After you read me Mr. Geneen's suggestions about Chile on Friday, September 11, I took the following action over the weekend.

White House - Kissinger's Office

Late Friday afternoon I telephoned Mr. Kissinger's office and talked with "Pete" Vaky, who is the State Department's Latin American adviser to Kissinger.

I told him of Mr. Geneen's deep concern about the Chile situation, not only from the standpoint of our heavy investment, but also because of the threat to the entire Hemisphere. I explained that \$95 million of our holdings are covered by investment guarantees, as are those of other American corporations, but that we are reluctant to see the American taxpayers cover such losses.

I told Mr. Vaky we are aware of Ambassador Corry's position re Alessandri being certified and then resigning in order for Frei to run again. Also, we have heard rumors of moves by the Chilean military.

Mr. Vaky said there has been "lots of thinking" about the Chile situation and that it is a "real tough one" for the U.S. I admitted we understand the difficulty of the U.S. position but we hope the White House, State, etc., will take a neutral position, or not discourage, in the event Chile or others attempt to save the situation.

I told Mr. Vaky to tell Mr. Kissinger Mr. Geneen is willing to come to Washington to discuss ITT's interest and that we are prepared to assist financially in sums up to seven figures. I said Mr. Geneen's concern is not one of "after the barn door has been locked," but that all along we have feared the Allende victory and have been trying unsuccessfully

PERSONAL & CONFIDENTIAL
 PERSONAL & CONFIDENTIAL
 s. *homi*

Evaldo Diniz com documentos exclusivos sobre a ITT

Com este documento a International Telephone and Telegraph (ITT) começou as conspirações contra Salvador Allende. Está datado de 14 de setembro de 1970, quando um de seus funcionários J. D. Neal, procurou a Casa Branca e o Departamento de Estado, para comunicar as proposições da multinacional (documento exclusivo para o Jornal de Debates).

Grécia: O golpe de abril



Rei Constantino

Fusão GB-RJ é inevitável

Exportação e descapitalização

Segundo o sr. Delfim Neto, a escalada do PNB se deve — quase inteiramente — ao assombroso aumento das exportações. O ministro nos mostrou ainda, certa vez, quão maravilhoso instrumento é o comércio externo: transforma um fardo de algodão num alto forno, uma saca de café numa usina de eletricidade, um par de sapatos num torno mecânico sofisticado, um quilo de carne numa fábrica de tecidos.

Um piadista poderia dizer que nem Jesus fez tão grande milagre, pois jogou com dois elementos da mesma natureza, ao transformar água em vinho. Mas não vou cair na tentação de aproveitar a oportunidade para fazer uma pilhéria, pois sei que o ministro da Fazenda usou de uma linguagem simbólica. No entanto, sem fugir à linha do seu raciocínio mercantilista, poderia ser mais explícito, informando-nos — por exemplo — quantas toneladas da malvacea e da rubiacea temos de embarcar hoje, mais do que ontem, para adquirirmos no estrangeiro um redutor de minério ou uma casa-de-força.

O caso, porém, é que — mesmo que o sr. Delfim Neto fosse capaz de tirar um torno mecânico de dentro de um par de sapatos vendidos ao estrangeiro — admiraríamos a sua mágica, nunca o seu bom-senso econômico. Começa que não precisamos realizar tal permuta, de vez que já fabricamos tão bem esse equipamento que até o temos exportado para países de mais avançada indústria pesada. De outra parte, o verdadeiro preço da aquisição não é a divisa obtida com esse embarque. É o de termos de andar descalços, como já estamos deixando de comer carne.

Vale lembrar, também, que os nossos produtos de exportação não poderão competir nos mercados mundiais, se o cruzeiro — como explica o próprio ministro da Fazenda — não se desvalorizar continuamente. Assim, o problema da nossa capacidade de concorrência foi colocado sob a forma de um artifício monetarista, como se os preços internacionais — que são reais — tivessem alguma coisa que ver com a saúde ou a doença do dinheiro de cada nação.

Uma mercadoria que vendemos por dez dólares não dá lucro maior — não oferecendo, portanto, uma margem maior de competição — se a sua correspondência em cruzeiros aumenta todo mês. E essa maneira de promover a expansão do nosso comércio com o resto do mundo não peca apenas por ser um artifício que desobriga o sistema de produção de qualquer esforço no sentido de aperfeiçoar-se e baixar os seus custos. Provoca também o enfraquecimento do ainda débil mercado doméstico. Assim, no plano exterior, é uma aplicação de água-da-maravilha curativa: um velho remédio

que, servindo para todos os males, não chegava a fazer passar uma simples dor de cabeça. Na esfera interna, empurra os preços para cima, reduzindo a capacidade aquisitiva da população e tornando cada vez mais dramática a periódica carência das entressafas.

Axiomaticamente, porém, como se a sua verdade não precisasse ser demonstrada, afirma o ministro da Fazenda que o aumento das exportações — que depende, confessadamente, de uma contínua desvalorização do cruzeiro — equivale a dar mais empregos e a elevar o nível de consumo. No entanto, nessa tentativa para esconder o gato, o sr. Delfim Neto deixou de fera todo o rabo do bichano, ao garantir que as importações seriam reduzidas.

Não restringiu as nossas compras no exterior — que, no ano passado, foi de um bilhão de dólares — a mais do que as nossas vendas — nem jamais o conseguirá, a não ser que seja capaz de fazer uma dessas "mágicas bestas". Uma afirmação dessas, realmente, só poderá ser feita por quem desconheça o fato de o comércio ter duas mãos de trânsito. Quem, no resto do mundo, está disposto a pagar em ouro as suas aquisições no nosso mercado. Nem mesmo os Estados Unidos — nos bons tempos do curso forçado do dólar sem fundo — se permitiam tal façanha.

Assim, o que sai pelos portos do País tem de voltar, ou ficar a crédito nas áreas que importaram de nós. Como diria o Conselheiro Acácio, a todo aumento das exportações tem de corresponder, imediatamente, um acréscimo igual da corrente contrária. Se não recebermos as nossas contas a tempo e a hora, estaremos financiando os nossos clientes — e sem recebermos juros. Essas dívidas comerciais, de difícil cobrança — pois só podem ser honradas com bens que já produzimos aqui — servem apenas para que o ministro da Fazenda possa, eufemisticamente, encher a boca com "reservas" de bilhões de dólares.

Em seguida a cada uma das sistemáticas desvalorizações do cruzeiro, somos forçados a dar mais sacas de café e mais toneladas de minério de ferro em troca do que ainda precisamos adquirir no estrangeiro. Na própria linguagem simbólica do sr. Delfim Neto, temos de transformar dois quilos de algodão — não mais um, apenas — numa usina siderúrgica. Se isso equivale a utilizar a capacidade ociosa do sistema de produção — como afirma o autor do milagre brasileiro — então é porque arranjaram outro nome para descapitalização.

De outra parte, não é exato — como explicou o titular da Fazenda — que o desenvolvimento brasileiro sempre se frustrou porque, no melhor da festa, o deficit do balanço de pagamentos aparecia

para acabar com ela. (Hoje, com saldos negativos não só nesse balanço — como também no comercial — teria acabado o milagre?) Para mim, o sr. Delfim Neto deixou-se contagiar pela preguiça mental de certos analistas, para os quais a avó não é uma bicicleta só porque não tem duas rodas.

O fato, mesmo, é que nunca tivemos uma política de desenvolvimento, mas fases tempestuosas de aceleração da prosperidade, que os interesses estabelecidos procuraram aproveitar com tentativas no sentido de comer o bolo e continuar com ele guardado no armário. Nunca foi, realmente, porque deixamos de exportar o porco — teimando em assá-lo na própria banha — que acabamos, muitas vezes, sem comida nos períodos de engorde, sem divisas e sem maneira para manter em dia o serviço externo dos pagamentos. Tem sido, sim porque jamais fizemos o cálculo que faz uma família na faixa da economia de subsistência: nunca vender tudo, para não morrer de fome, nem fazer festa de caboclo — empaturrando-se, numa só refeição, com toda a carne — a fim de formar meios para adquirir as coisas que não se pode obter plantando e criando.

Somos um fenômeno de self sustaining growth, que não comporta políticas cujo principal objetivo é, em última análise, transferir para o estrangeiro os benefícios do esforço que fazemos para progredir. Exportar, no nosso caso, não é mais do que trabalharmos para dar a outros povos o conforto que a nós mesmos devemos. O brasileiro compra por quase três mil dólares um automóvel cujo preço é de mil e duzentos no mercado externo. Não vou entrar, agora, no mérito dessa disparidade, mas lembrar que — para vendermos esse carro lá fora — temos de fazê-lo ao nível das cotações internacionais. Então, o libertamos da carga tributária e lhe concedemos outros favores que não são mais do que formas de subsídio.

Se é possível cortar o rabo dessa raposa para poder ser vendida no estrangeiro, por que não o fazemos de modo a produzir bons efeitos aqui dentro mesmo? O que estamos conseguindo, com as nossas exportações sem plano, que aumentamos só pela vaidade ufanista de aumentar, são créditos cuja liquidez é convencional e sem que a convenção — na maioria dos casos — possa funcionar sem prejuízo para o nosso esforço de desenvolvimento. Além disso, sendo o preço do dólar determinado pelos custos internos da produção — não havendo nenhuma política para dotar o sistema de maneiras e instrumentos que barateiem as suas operações — quanto mais embarcamos para o exterior, mais a nossa moeda perde substância.

Não são reservas — muito menos em divisas "moles" — que assegurarão a estabilidade do cruzei-

ro. E a prova está em que, apesar de se dizer que acumulamos bilhões no estrangeiro, o dólar — que anda caindo pelas tabelas no resto do mundo — continua subindo no Brasil. (Foi meramente política, para salvar um pouco a face do sr. Delfim Neto, que se tomou a recente decisão de dar um pequeno cascudo na moeda norte-americana.) Só os mercantilistas, que ficaram marcando passo com as teorias monetaristas do século XIX — todas formuladas no interesse do colonialismo financeiro — é que, hoje, ainda não se descartaram da idéia de que a paridade cambial é uma função de estoques metálicos ou de acumulações de créditos comerciais. (Em que tremenda bancarrota não estariam os Estados Unidos, agora, se essa filosofia continuasse válida!)

Unicamente em correspondência com um plano para aumentar a produtividade é que nos poderíamos empenhar na dilatação da área do nosso comércio externo. Ainda assim, se pudéssemos obrigar o estrangeiro a nos comprar tanto — pagando na hora — quanto desejássemos a ele vender e se não tivéssemos, ao mesmo tempo, o problema de fazer com que cinquenta milhões de brasileiros se tornem consumidores. Na verdade, o esforço que estamos realizando para exportar mais, é economicamente mais oneroso e socialmente mais penoso do que o exigido para elevarmos a capacidade aquisitiva de mais da metade da população.

Metemo-nos, por exemplo, a incentivar a exportação de carnes e o resultado está aí: carência e encarecimento do produto no mercado doméstico multas e prisões a torto e a direito, além de que — tirando com uma mão o que deu com a outra — teve o ministro da Fazenda de impor o confisco cambial nas vendas do alimento para o exterior. Não nos preocupamos, antes, em retirar a economia pastoril do seu longo atraso — como seria lógico — e aumentamos a sua responsabilidade no processo de criar riqueza.

De outra parte, não temos excedentes, a não ser que se confunda — como é do nosso hábito — subconsumo com superprodução. Temos sobras de muito poucos produtos: café, cacau, minério de ferro — às vezes algodão — e, ultimamente, soja. Todos os outros aparecem nas estatísticas em quantidades que mal dão para garantir a subsistência de um terço da população. Exportar, assim, só é a solução para os grupos parasitários que — nos sistemas semicapitalistas — comandam a economia comandando as trocas.

Afirma o sr. Delfim Neto que as vendas ao estrangeiro são as principais responsáveis pelo crescimento — de 9% ao ano — da renda nacional. Não quero contrariar o ministro da Fazenda, mas quero lembrá-lo de que ninguém come PNB.



Castelo Branco

Costa e Silva

Garrastazu Medici

Há nove anos, o general Olímpio Mourão Filho saía quixotesca-mente às ruas, nas Minas Gerais, iniciando um movimento militar que, vinte e quatro horas depois, forçava o então presidente da República a tomar o caminho do exílio. No decurso desse quase decênio, muita água correu por baixo da ponte cuja solidez estava apenas nos pilares: excessivamente sólidos para sustentarem a estreita e frágil travessia pela qual avançava a sociedade brasileira.

9 ANOS DE REVOLUÇÃO

O povo se acotovelava, de há muito, nos difíceis acessos da ponte e grandes massas não tinham esperança de, um dia, poder atravessá-la. Os velhos liberais acreditavam que, dando-se tempo ao tempo, o vão se alargaria e se cimentaria por si mesmo. Outros pensadores não tinham tanta paciência, mas não queriam pagar o preço da construção acelerada de um novo lastro, enquanto alguns — que diziam saber olhar no fundo das coisas afirmavam que o problema estava nos pilares, que só serviam mesmo para sustentar uma pinguela.

Mas quem teve, realmente, a última palavra foram os que deslocaram a questão da travessia para a da disciplina dos atravessadores, que deveriam usar a ponte em fila indiana, sem qualquer preocupação com os milhões que nunca teriam vez de alcançar o outro lado. Então, durante os mil dias em que os tecnocratas herodianos deram cartas e jogaram de mão, os problemas do País foram dimensionados de acordo com uma conclusão derrotista: antes que se passe um século, não teremos condições para caminharmos com os nossos próprios pés.

O povo brasileiro estava exigindo a abertura de novos caminhos, mas ainda não se tinha cristalizado a idéia de como fazê-lo e, muito menos, em que direção. Havia atingido o ponto crítico a descorrelação entre o ritmo do desenvolvimento econômico (conjuntura) e a dimensão do sistema de produção (estrutura), não sendo mais possível aliviar as tensões com a aplicação de uma regra absurda: meter na forma os pés que crescem a fim de continuarem cabendo dentro de sapatos que a velha ordem de interesses impedia que fossem substituídos por outros, de tamanho maior.

Dessa maneira, quando os tanques foram postos na rua para cortar o nó que não podia ser desatado, o problema não era mais — como fora tantas vezes antes — o de mudar as bestas na almanjara. Esta, simplesmente, havia deixado de funcionar. Ou só voltaria a mover-se — como explicavam os realpolitikers dos bastidores — se comandada por controle remoto. Formulou-se, então, a teoria do Primeiro Satélite e se procurou convencer a opinião pública de que seria sempre ótimo para o Brasil o que fosse bom para os Estados Unidos.

Ora, idéias nunca moveram montanhas, a não ser quando traduzidas em planos. E estes, durante os mil dias em que as nossas decisões foram tomadas nos gabinetes do Fundo Monetário In-



ternacional, foram no sentido de nos fazer desempenhar o papel de retaguarda econômica do complexo industrial-militar norte-americano. Chegou-se ao ponto de planejar a contenção da natalidade nas largas faixas da população socialmente desamparada como maneira de diminuir a responsabilidade histórica da industrialização, de vez que o esforço fabril — por falta de capitais e de know how — jamais teria capacidade de criar empregos no mesmo ritmo com que nasciam as crianças no País.

Sem tanta sutileza, que uma louca rainha não poderia ter — mas pelas mesmas razões — D. Maria I proibiu que fossem fundadas indústrias na sua imensa colônia da América, dizendo textualmente no seu famigerado édito que “como é demonstrativamente crer, Portugal sem o Brasil é uma insignificante potência”.

O paralelo só não é perfeito porque os Estados Unidos são uma estrutura-de-poder ainda em expansão, enquanto Lisboa — sem ter perdido um palmo do seu vasto domínio ultramarino — já havia entrado num processo de decadência, ao tempo em que foram interditas as atividades fabris nas largas terras que Cabral descobriu.

A economia brasileira se havia tumul-

tuado justamente por força da necessidade íntima de transformar-se, tendo entrado em crise quando os seus impulsos foram deixando de ter ressonância numa estrutura enrijecida. Esta, sem nenhuma capacidade de dilatar-se até cobrir a área de impacto do progresso do País, forçou o processo a distorcer-se em busca de linhas suplementares de expansão. Formaram-se, dessa forma, estruturas de distensão, que poderiam ter-se constituído em pontos de partida para dar uma nova dimensão ao sistema.

À medida em que o nosso desenvolvimento ia ganhando mais impulso sem que os seus choques pudessem ser absorvidos por uma estrutura sem elasticidade — foram se criando impasses e pontos de ruptura ao longo do processo. Verificaram-se, então, distorções de distorções engrenando-se caoticamente — uns por dentro dos outros — os círculos viciosos da expansão à la diable. Nesse clima — ao contrário da lenda da Antiguidade — venceria o rei cujo povo fosse morto.

Mas não é fácil matar um povo e, ao fim de mil dias — sem terem conseguido construir um satélite para ficar cem anos em órbita — os tecnocratas herodianos foram expulsos do poder. Puseram, no entanto, tantos pregos na roda do nosso

desenvolvimento, que não há torquez que os arranque. Terão de ser quebrados pela própria engrenagem, se a esta for dado um impulso que parta das áreas onde os problemas se formam: a infraestrutura de uma civilização de cujos quadros não fazem parte dois terços da população, a não ser para efeito de estatística demográfica.

Sabemos que nenhuma sociedade tem condições — vamos dizer psicológicas — para tomar uma nuvem por nuvem mesmo. Enquanto tiver meios e maneiras de contornar as imposições da sua transformação, continuará acreditando que a escuridão do céu no horizonte é uma forma de Juno se apresentar aos mortais e não um anúncio de tempestade. Mas é justamente para romper com esse obstrutivo processo de acomodação que as revoluções são feitas.

Fizêmo-la, realmente, há nove anos? Retomamos o seu fio, quando barramos o passo à contra-revolução da tecnocracia herodiana? Não podemos esperar que a história nos dê a resposta, de vez que só as gerações vindouras a conhecerão. Temos de encontrá-la nós mesmos, a fim de que tenhamos a consciência exata dos esforços que ainda precisam ser feitos e dos sacrifícios a que nos teremos de sujeitar. Não devemos acreditar em milagres, nem descreer da nossa capacidade de chegar ao fim de uma corrida de obstáculos. É sem sistematismos, portanto, que registramos o nono aniversário de um movimento que — partindo de premissas políticas imediatistas — acabou chegando a lugares de onde não se pode retornar.

O problema do crítico, agora, não é o de chorar pelo leite derramado. Mas não é, também, o de retirar a sua voz da discussão — por oportunismo ou receio, — e, sim, o de ajudar para que os acertos se consolidem e os erros sejam corrigidos. Esta é a missão deste jornal: impávida, mas não sectária e independente dentro dos limites da sua dependência aos superiores interesses da nação. Entendemos, assim, que a melhor maneira de participarmos das comemorações de mais um aniversário de um decisivo acontecimento na história do País é reafirmar a nossa posição. Não tomamos parte do banquete e embora, lembrando a anedota, não sejamos casados nem moremos em Niterói — como os saudosistas e os revanchistas — nós nos chamamos Manuel. Isto é, somos brasileiros, com o dever — como veículo de opinião — de lutar, sem desfalecimentos, pelo bem do povo.

Editorial sobre um editorial

PELO ESTILO e pela argumentação, via-se logo que o editorial do *Jornal do Brasil* havia sido escrito no Ministério da Fazenda. A peça nem chegou a passar pelo pente fino do copy desk, de modo que — ao tomar as dores do sr. Delfim Neto — a velha folha deu a impressão de que é ela o alvo da “constante hostilidade” à política de exportação.

DE OUTRA PARTE, o *Jornal do Brasil* não se limitou a tomar na unha o pão do ministro da Fazenda. Como se o desespero fosse seu também, não vacilou em dedurar, como políticos — os que discordam dos planos mercantilistas do sr. Delfim Neto. Todos os que acham ser um erro colocar o desenvolvimento do País em função do aumento das exportações estariam, apenas, usando de um pretexto para contestar o regime.

AFIRMOU A REVISTA norte-americana *Fortune* que o ministro da Fazenda is in a trap e, na verdade, só uma pessoa caída numa armadilha pode perder a cabeça a ponto de considerar válidos todos os meios para safar-se, inclusive esse — tão pouco inteligente — de tentar eliminar, como solapadores da “estabilidade do sistema”, os que não concordam com a colocação mercantilista dos problemas do desenvolvimento brasileiro. Políticos somos, naturalmente — ou Aristóteles não fez mais do que uma simples frase. Não somos, porém, os de definição pejorativa de que se valeu o *Jornal do Brasil* para negar autoridade aos críticos do sr. Delfim Neto.

SERIA O SR. MÁRIO GIBSON um desses políticos que a folha da sra. condessa execrou? Lembrem-se o velho órgão de que o ministro do Exterior afirmou — em discurso numa solenidade pública — que é muito perigoso colocar o desenvolvimento do País na dependência da expansão do seu comércio externo. O sr. Jarbas Passarinho é outro membro do governo que — de acordo com a “pichada” do *Jornal do Brasil* — tem pretextos inconfessáveis para realimentar a “controvérsia estéril”, pois disse que queria ver o sr. Delfim Neto convencer um auditório

de donas de casa sobre a exatidão das estatísticas sobre o custo de vida. E há bem pouco, numa aula inaugural, o sr. Cirne Lima pediu que não lhe perguntassem — porque não saberia responder — como uma família pode viver com três salários-mínimos.

POLÍTICO, NA SUA PRÓPRIA CONCEITUAÇÃO PEJORATIVA, é o *Jornal do Brasil* que — não faz muito tempo — dizia, também em editorial, que havia chegado a hora “de serem examinados, em conjunto, os problemas relativos aos mercados interno e externo, para introduzir-lhes eventuais correções de acerto”. Para acusar de terem motivações subalternas os que, como nós, analisam, criticam e divergem à luz dos superiores interesses da nação, a velha folha — como o macaco do provérbio — deveria, primeiramente, olhar para o próprio rabo.

TRANSPONDÔ PARA AS SUAS COLUNAS a monocórdica argumentação do sr. Delfim Neto, o jornal procura tapar o sol com uma peneira, ao afirmar que “não procede a falsa teoria de que a expansão do mercado interno se faz à custa das restrições ao mercado interno”. Deve ter sido, então, por excesso de carne para o consumo doméstico que o ministro da Fazenda adotou medidas policiais — inclusive a do confisco cambial — para impedir a comercialização externa do produto.

Da mesma forma que não admitimos seja cerceado o nosso direito de divergir da política mercantilista do sr. Delfim Neto, não estamos negando ao *Jornal do Brasil* — quando apoia os planos do ministro da Fazenda — o exercício do seu. Estranhámos, apenas, que a velha folha tenha ultrapassado os limites da papel concórdia até o ponto de assumir o papel, nada recomendável, de um leão de chácara. Os nossos argumentos só podem ser destruídos com outros argumentos, jamais com a malévolos insinuação de que analisamos e criticamos por “motivações políticas”.

EM MATÉRIA DE ARGUMENTOS, o editorial delfinista do *Jornal do Brasil* é de uma pobreza

franciscana. Repete o samba de uma nota só, composto pelo ministro da Fazenda e, taxativamente — como o próprio titular das finanças — afirma que o debate sobre a política de exportação “está teoricamente superado”. Em teoria, pode ser. Na prática, porém — e isso é o que importa — a discussão se aviva mais, a cada dia que passa.

Superada, realmente, está a dialética do sr. Delfim Neto. Tantas vezes Margarida foi à fonte que esta se esgotou. O ministro da Fazenda tem de rebater com dados — não apenas com máximas — as críticas feitas à sua política. Não é unicamente por estar literariamente mal comunicada que a regra de ouro da exportação-ou-atraso nada nos diz. É, também, porque está longe de ser a resposta aos desafios de uma economia que só poderá desenvolver-se em função da expansão do mercado interno — isto é: do aumento da capacidade aquisitiva da população.

O SR. DELFIM NETO já deve ter chegado à conclusão de que os rodeios teóricos — mesmo que fossem feitos em límpidas orações gramaticais — são golpes de malho em ferro frio. Explica-se, assim, o fato de — valendo-se das panes éticas do *Jornal do Brasil* — o ministro da Fazenda ter levado o debate para o terreno da delação. Parodiando o megalômano rei francês — praticamente afirmando que le régime c'est moi — o autor do milagre brasileiro denuncia: “os adversários da política econômica pretendem, no fundo, alcançar (atingir, dizemos nós) o excelente desempenho que sustenta todo o sistema em sua estabilidade”.

O EDITORIAL do *Jornal do Brasil* é uma prova de que o sr. Delfim Neto está sangrando na veia da saúde. E procura defender-se não mais como técnico, mas como a viga mestra das atuais estruturas do poder. Parece, também, querer dizer — pelo menos insinua — que essas estruturas ruirão se continuar a “hostilidade constante” à sua política. Dessa forma, para o ministro da Fazenda, só há um meio de responder às críticas que lhe são feitas: o de substituir o argumento pelo dedo duro.

Os fatos brigam com as palavras de Delfim

No seu editorial delfinista — possivelmente delfiniano — o *Jornal do Brasil* faz o ministro da Fazenda “arrasar” os seus críticos com o seguinte discurso:

“Graças aos avanços de exportação, estamos conseguindo manter elevada a nossa capacidade de importar, ampliando a capacidade de agregar valor aos nossos recursos naturais e assim, ao mesmo tempo, valorizando a mão-de-obra, pois ela se qualifica progressivamente em função da nossa capacidade de processar industrialmente os recursos naturais.”

Não nos vamos ocupar da má redação desvirtuada em economia primária, embora achemos que um pensamento — mesmo uma informação — deve ser transmitido em linguagem clara. Mas, além da sua péssima forma literária, o contra-ataque do sr. Delfim Neto é desfechado com palavras ocas, quando só com fatos poderia convencer-nos de que “a política de comércio exterior se transformou (constituiu-se) na mais poderosa alavanca de independência econômica”.

A defesa meramente discursiva do ministro da Fazenda, vamos opor os nossos fatos. Não é mais segredo, por exemplo, que o nosso endividamento externo sobe a mais de dez bilhões de dólares e que, com o serviço dessa dívida, gastamos metade das divisas que produzimos com as exportações. De outra parte, como o que ganhamos com os nossos embarques para o resto do mundo não dá para cobrir os nossos custos, aumentam constantemente os nossos compromissos financeiros no exterior, de vez que as nossas propaladas reservas em moedas estrangeiras representam uma acumulação de créditos que não podem ser usados para amortizar os empréstimos.

Vai-se, assim, a primeira pomba do sr. Delfim Neto. Com efeito, “os avanços da exportação” não têm aumentado a nossa capacidade de importar, pois a renda cambial em dólares duros é absorvida

em 50%, pelo serviço de um endividamento em espiral. Da sua parte, as divisas moles — eufemisticamente denominadas de reservas — representam contas que temos a receber e que só receberemos adquirindo bens que já são fabricados aqui. O resultado é que os empréstimos externos se sucedem na mesma proporção com que aumentam os nossos embarques para o resto do mundo.

No ano passado, importamos um bilhão de dólares a mais do que exportamos. E a prova de que o déficit não foi coberto com as reservas nos é dada pelo fato de terem aumentado, paralelamente, os nossos créditos comerciais no estrangeiro. O desequilíbrio, contra nós, do balanço comercial externo foi corrigido por apelos a empréstimos. Ou melhor, para satisfazermos as nossas necessidades de aquisição no exterior — que não podiam ser atendidas plenamente com a receita cambial em moedas fortes — fizemo-lo por meio de financiamentos.

Então, em vez de valorizar a mão-de-obra, “qualificando-a progressivamente na proporção de nossa capacidade de processar industrialmente os recursos naturais” — como discursou o sr. Delfim Neto por meio do editorial do *Jornal do Brasil* — estamos criando crises setoriais no sistema de produção, importando bens que já fabricamos. Para enfrentar essas crises, o empresariado só tem praticamente um caminho: dar participação ao capital estrangeiro, quando não é simplesmente obrigado a entregar tudo.

Assim, indiretamente — porque desvia esforços que deveriam ser realizados no sentido de baratear a produção — a ênfase posta nas exportações conduz à desaceleração do processo de expansão da economia. A usina elétrica que o ministro da Fazenda diz, simbolicamente, que podemos adquirir no estrangeiro em troca de um quilo de algodão — cujo equipamento, em grande parte, pode ser fabricado aqui — na verdade só nos chega vinculada aos

empréstimos que fazemos. A consequência é que, vindo de fora um bem de capital que temos condição de produzir, deixamos de agregar valor aos nossos recursos naturais. Isto é, acontece justamente o contrário do que preconiza o sr. Delfim Neto.

Diretamente, a política de exportar-ou-morrer — longe de constituir-se numa “poderosa alavanca de independência econômica” — provoca uma descapitalização pública que, em última análise, é um esvaziamento da capacidade nacional de progredir socialmente, pois o dinheiro do Estado é do povo. Com um sistema produzindo a custos mais altos do que os preços internacionais, os embarques para o estrangeiro só podem ser feitos à custa de incentivos que não, realmente, subsídios: os mais generosos do mundo, segundo observação da revista norte-americana *Fortune*. Concede-se ao exportador isenção do ICM e do IPI, descontos no Imposto de Renda, além de uma série de facilidades creditícias. Todas juntas, essas regalias fiscais significam recursos não arrecadados. E quem não recebe o devido está pagando.

Por força desses benefícios, o dólar de uma grande parte das nossas exportações nos custa, em cruzeiros, três vezes mais do que o “instruído” pelo Banco Central. As cambiais produzidas por esse tipo de transação têm, no entanto, de ser vendidas ao importador ao câmbio (oficial) do dia. Ou seja: são colocadas por aproximadamente seis cruzeiros, quando o seu preço é de cerca de dezoito.

Depois, como o comércio exportador está — em grande parte — nas mãos de organizações estrangeiras, todo o povo brasileiro se descapitaliza para assegurar a cruz a quem nem impostos paga aqui. E quando as multinacionais estiverem completamente donas dos nossos embarques para o estrangeiro, queremos ver com que discursos o sr. Delfim Neto responderá à “constante hostilidade” — que será maior ainda — à sua política mercantilista. Só temos pena do *Jornal do Brasil*, que terá de publicar editoriais cada vez mais mal redigidos.

Pequena empresa perseguida

GENIVAL RABELO

“Se você puder plantar carvalhos — dizia ao filho um alto funcionário do Ministério da Fazenda —, não plante couve.”

Na verdade, com a oportunidade dos incentivos fiscais, em benefício não apenas de regiões, mas de determinados setores de atividade, e com as facilidades de ingresso e associação ao capital estrangeiro, a hora é de se pensar grande, de se fazer projetos monumentais. Até certo ponto não importa muito a viabilidade de lucro, ou pelo menos a segurança de retorno do capital investido, dentro de prazo razoável. Pois que o grupo empreendedor, não raro, é apenas agente da mobilização dos recursos obtidos com os incentivos fiscais.

Dias atrás, acompanhei um industrial do setor de couro a uma reunião de negócios no Hotel Nacional. Quando ele ingressou no amplo salão de recepção do hotel, mostrou-se, no primeiro momento, encantado.

— Sou acionista do hotel — disse. — Mas é a primeira vez que o visito. Visto de fora, não dá a impressão de tanta grandiosidade. Viajei muito. Não me lembro de ter visto na Europa, nem nos Estados Unidos, algo que se comparasse, que tivesse a beleza deste salão de recepção.

Comentou sobre a quantidade de mármore utilizada.

— Só em mármore, com esta fantástica metragem, se terá gasto uma verdadeira fortuna.

Mas, em seguida, teve sua atenção despertada para a pouca frequência do hotel. Concluiu, com alguma melancolia:

— É. Mas não haverá retorno do capital. Pessoalmente, eu teria feito melhor negócio se tivesse aplicado meu percentual do imposto de renda no setor da petroquímica.

E com um sorriso que mal disfarçava seu desapontamento:

— O velho Tjurs me levou no bico.

De fato, é um empreendimento voltado para o turista estrangeiro. Mas, antes de se incrementar devidamente o turismo interno, haverá possibilidade de

criar-se uma infra-estrutura adequada ao turismo internacional? Sendo um tanto remota essa perspectiva e estando o Hotel Nacional muito acima, pelo menos no que toca a preço, dos padrões e possibilidades do turismo interno, não teria sido uma inversão somente possível em razão dos incentivos fiscais, isto é, feita sem o respectivo cálculo de viabilidade de retorno do capital, mesmo a prazo longo?

É a tendência para, em se podendo plantar carvalho, não se plantar couve. Mas, se se generaliza demasiadamente essa tendência, bafejada pela política dos incentivos fiscais e outras facilidades, que serão dos abandonados, desprotegidos plantadores de couve?

Eu disse abandonados e desprotegidos? O correto seria dizer perseguidos. Pois, hoje, no Brasil, a pequena empresa é sacrificada com tamanha carga de impostos que mal consegue sobreviver. Os sacrifícios exigidos do pequeno empresário são de tal ordem que muitos deles compreendem que é melhor fechar as portas da empresa e procurar flutuar na corrente, como intermediários, tentando sempre que possível ganhar comissão de quem vende e de quem compra. Outros se acomodam no mercado de trabalho como assalariados. Trocam a perspectiva de um futuro próspero, mas que exige, no presente, uma desmedida soma de sacrifícios e preocupações, pela segurança do emprego assalariado, que lhe proporcione uma vida tranqüila, embora medíocre.

Resulta daí, porém, que cada vez que uma pequena empresa encerra suas atividades se faz um vácuo no mercado de trabalho. Se o fenômeno ocorre com muita frequência, dificilmente o somatório de tais diminutos vácuos pode ser compensado pelo surgimento de conglomerados econômicos. Estes, graças ao volume de mobilização de capital, podem planejar sua produção de tal forma a obter o máximo em produtividade da mão-de-obra. Em conseqüência, reduzem-na ao mínimo necessário, o que é absolutamente correto. Numa economia que obedeça a uma planificação centrali-

zada, como a socialista, o fenômeno é compensado pela diminuição de horas de trabalho, no plano nacional. Mas, numa economia capitalista, em que os objetivos econômicos invariavelmente se sobrepõem aos objetivos sociais, resulta daí a diminuição do mercado de trabalho, com a ameaça de agravar o problema do desemprego.

Na chamada sociedade aberta, que obedece às leis da economia de mercado, são os conglomerados econômicos que desempenham a tarefa superior de pesquisar, desenvolver o conhecimento tecnológico, abrir caminhos no setor da produtividade, incrementar as técnicas do Marketing, lançar produtos novos, assegurar melhor qualidade pelo menor custo. É, sem dúvida, uma função pioneira. Importantíssima. Básica para o desenvolvimento econômico. Mas são as pequenas empresas que sustentam o mercado de trabalho. Sua função social, pois, não é de ordem a desprezar-se ou dela não se tomar conhecimento. Mesmo numa economia quase que pós-industrial, como a dos Estados Unidos, as pequenas empresas, lá consideradas como tendo até 100 empregados, respondem por 26% da força nacional de trabalho.

Com as atenções governamentais voltadas para os plantadores de carvalho, o que parece estar acontecendo, entre nós, é uma distorcida política de lhes encaminhar a abundância de recursos que vão ser buscados, através da maciça carga tributária, entre os humildes e operosos plantadores de couve. Inclusive na numerosa classe assalariada. Pune-se o trabalho em favor do capital, com a possibilidade de favorecer a esperteza, a sagacidade e argúcia de uns poucos aproveitadores, em detrimento não só dos pequenos empresários, mas de todo o mercado de trabalho, que resulta de sua obstinação de enfrentar dificuldades pela esperança de dias melhores.

Pode chegar o momento em que o pequeno empresário abre os olhos e descobre uma réstea de luz: o capital estrangeiro. De tanto apanhar e sofrer, ou ele sucumbe, ou cria uma infinita

capacidade de resistência e até mesmo de criatividade. Bola uma idéia mais audaciosa, submete-a ao grupo estrangeiro e participa do empreendimento como sócio minoritário, ou como simples testa-de-ferro.

— Deixei de patriotadas — disse-me um deles. Entreguei os pontos. Fechei minha pequena indústria e abri um escritório de representação, tendo já uma bolação bem encaminhada com o capital japonês.

Contou-me o caso de José Vasconcelos.

— Os japoneses fizeram o plano completo para a Vasconcelândia. Inverterão todo o capital necessário e concederão a José Vasconcelos uma participação de 10%, o que para ele é um ótimo negócio.

É esse o outro risco de se onerar demasiadamente a pequena empresa, com maciças cargas tributárias, no Brasil: a desnacionalização, já não direi da indústria (a farmacêutica, por exemplo, já é 100% estrangeira), mas da própria iniciativa e até mesmo da criatividade. O capital estrangeiro, o “Know-how” estrangeiro, o domínio estrangeiro, eis o quadro final.

Não se pode, nem se deve, em verdade, esquecer a função social da pequena empresa. Fazê-lo, na sociedade aberta, de economia de mercado, em que — cumpre insistir — os objetivos econômicos se sobrepõem aos objetivos sociais, é agravar o problema do desemprego, fomentar uma espécie de capitalismo de fora para dentro, cuja tônica é a submissão inapelável ao capital estrangeiro.

A propósito, não há dia em que não circulem rumores de que grupos estrangeiros estão de olho no Hotel Nacional. Realmente, para uma empresa que possui uma cadeia de hotéis nos Estados Unidos e na Europa, será muito mais fácil fomentar o turismo internacional de modo a justificar o volume de inversões feitas na construção de um hotel como o Nacional. Até quando o velho Tjurs se obstinará a resistir ao cerco?

106 árabes mortos por Israel: assassinato puro e simples

DE PAULO FRANCIS

Há quem não distinga um avião de passageiros, e logo um Boeing 727, de um militar? É possível, tudo é possível, mas nenhum piloto militar, particularmente de Israel, que é gente profissional de primeira ordem, pode sair com essa.

106 civis assassinados, no mesmo dia em que Israel bombardeava, matando sei lá quantos, campos de refugiados palestinos, novamente alegando que são bases de guerrilheiros, como se guerrilheiros fossem soldados regulares, de quartel e tudo. Onde estão as manchetes sobre os crimes, os protestos de padres, rabinos, pastores etc.? Onde, nas televisões, as mães, mulheres e filhos das vítimas, rasgando as vestes, o que vimos *ad nauseam*, quando 11 israelenses foram assassinados em Munique, depois que d. Golda Meier recusou-se a trocá-los por guerrilheiros?

O chefe da Força Aérea Israelense, general Mordechai Hod, declarou que: A) os caças fizeram todos os sinais clássicos ordenando que o jato de passageiros descesse e que os pilotos deste desobedeceram. Comentário: no dia seguinte, a própria Israel admitiu que a “caixa preta” onde ficaram gravadas as comunicações do jato líbio prova que o comandante, francês, pensava estar sobre o Egito e cercado de caças Migs. Nesse intervalo, apareceu na CBS o cônsul-geral de Israel afirmando que o comandante do avião de passageiros é o verdadeiro responsável pelo ocorrido, pois foi desobediente. B) Hod informa que todas as cortinas do jato líbio estavam fechadas, o que impediu os aviadores de Israel de notarem que se tratava de um avião civil. Comentário: pode ser, mas duvido primeiro porque isso simplesmente não acontece (todas as cortinas?), segundo porque, ao ouvirem o ruído de outros aviões, o natural, o lógico é que os passageiros quisessem olhá-los, particularmente porque o comandante deve tê-los avisado — a fim de acalmá-los — de que eram caças “amigos”, egípcios. E isso sem falar

do fato de que qualquer avião comercial anda mais pintado do que corista de Walter Pinto, não tem, obviamente, armas, e é a coisa menos indicada do mundo para fotografar as tais “instalações militares” que Israel alega estavam ameaçadas de espionagem. Eu sei, e Moshe Dayan também, que espionagem aérea se faz por satélite (nem o U-2, inalcançável pelos Phantoms de Israel, se usa mais). Evidentemente, os soviéticos e americanos já fotografaram, via satélite, todo o *Establishment* militar israelense, e, claro, os soviéticos passam o material aos árabes.

Não há, portanto uma palavra de verdade nas explicações oficiais israelenses. Tudo que alinhei acima é elementar. O que aconteceu? Moshe deu o serviço. Explicou que a decisão foi militar e não política, em nível de gabinete. Acredito. Não acredito que o governo Meir tenha dado ordens de derrubar aviões de passageiros árabes, se por nenhum outro motivo pelo menos temendo que mesmo a imprensa ocidental na maioria escandalosamente pró-Israel, protestasse. Agora, o militar aqui decorre diretamente do político. Os pilotos dos Phantoms seguiram a tradição de ultrachauvinismo, de total desprezo pela vida dos árabes, que caracteriza o Estado de Israel. A desculpa de que atiraram na asa (sic) do jato, não para derrubá-lo e, sim querendo forçá-lo a descer é um tal absurdo (considerando-se o que um simples tiro de pistola pode fazer num avião) que em qualquer país civilizado estariam presos e submetidos a corte marcial (conselho de justiça). E o que me parece mais grotesco e até quase inacreditável, é que a maioria da opinião pública de Israel parece apoiar esse assassinato em massa. É o que leio em transcrições de jornais israelenses. O velho gangster terrorista (Stern) Menachem Begin, assassino rodadíssimo e líder do partido

Gahal protestou porque Waldheim da ONU pediu um inquérito internacional. É inútil, claro, discutir com gente desse tipo, mas o chocante é a atitude dos israelenses comuns cuja insensibilidade é relatada pela própria imprensa deles. E vi os caixões que providenciaram para os mortos. Nada mais tosco e reles. Só falta a suástica.

Na morte em Munique, fomos submetidos aqui a um bombardeio de imprensa sobre a criminalidade dos palestinos, além da choradeira que descevi no início. Agora quase nada. Certo, a imprensa conta o que aconteceu, mas se fixa numa minuciosa detalhação sem tirar conclusões (que tirou a pamparra sobre Munique). O Times fala num “erro” trágico. Mary McCarthy disse que a diferença entre os críticos verdadeiros da guerra do Vietnã e os “liberais” desapontados com o fracasso dos EUA é que os primeiros descrevem a guerra como “crime” os segundos preferem “desastre”. O mesmo se aplica ao conflito árabe-israelense. Só a CBS, depois de dar mil barretadas a Israel, declarou imperdoável a ação israelense. No dia seguinte lá estava o cônsul-geral de Israel, desmentindo arrogantemente a emissora e mentindo descaradamente. Nixon mandou condolências à Líbia e ao Egito. Afinal, morreu só uma centena de árabes, que, inclusive, é duvidoso que sejam brancos. E, mais escandaloso, levamos três dias para descobrir a presença de um americano entre as vítimas, sem que o dito cujo tenha recebido uma única chamada de primeira página, ou qualquer destaque.

Jornalismo é coisa que me enoja progressivamente. Quando escrevo, nenhum dos colonistas liberais tocou sequer no assunto. Mas esperem até que os árabes tentem qualquer espécie de revide.

(Transcrito da “Tribuna da Imprensa” de 1/3/73).

O Reino Encantado dos Slogans

**ADALBERTO
PARANHOS**

Entre umas e outras disse certa vez um filósofo de bar de esquina: quem não tem cão caça com cachorro. *Mutatis mutantis*, à falta de verdades apoiadas na realidade joga-se com *slogans*. Esse procedimento marcou sucessivos momentos históricos da humanidade nos quais os governos, em lugar de agirem com o povo, pelo povo e para o povo, trabalharam — por força de interesses econômico-sociais de minorias — mais propriamente sobre o povo.

Isto, contudo, não ocorre abertamente. Pelo contrário, ontem como hoje — notadamente na atualidade, por decorrência da sociedade de massas — costuma-se controlar as informações e sonegar a realidade disfarçando-a através de *slogans*, um reino encantado que veículos de condicionamento e a publicidade organizada procuram nos impingir a todo custo. De acordo com os mestres da sloganização, tudo vai bem, ou, pelo menos, da melhor forma possível. O amanhã, a esperança se transformam praticamente em fins em si mesmos, esquecendo-se de que “quando a esperança não é mais a espera ativa de um objetivo e se torna o próprio objetivo de uma vida, a morte principia a reinar”.

“Ninguém Segura o Brasil” corria de boca em boca à época da conquista da Copa do Mundo pela seleção brasileira de futebol. Montada, porém, estu-penda campanha promocional em torno da vitória muito cedo se transferiu a ênfase da frase de impacto. Se ninguém segurava o Brasil (entenda-se, o escrete brasileiro), ninguém, de uma hora para outra, passou a segurar o Brasil, “país em grande arrancada desenvolvimentista”. Técnica sutil, ou, como diria Paulo Francis, tão sutil quanto uma manada de elefantes.

Muita gente bem veio a público, entre os quais economistas e financistas, arrotando desenvolvimento. Estabeleceu-se propositadamente nítida confusão entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento como se um fosse, sem tirar nem por, a imagem do outro. Lesava-se com isto a verdade dos fatos. Distorciam-se a realidade. Fechavam-se os ouvidos até aos comentários do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, que criticou severamente as políticas dos governos do Brasil e do México, “onde as camadas pobres da população continuam sem participar nos benefícios do progresso nacional”.

A FNS, ou melhor, a Fábrica Nacional de Slogans, venceu de há muito a fase artesanal. Ela, dotada dos melhores equipamentos imagináveis, entrou aceleradamente no estágio da produção em larga escala: “Brasil: ame-o ou deixe-o” (versão da casa de “EUA: love it or leave it”), “Ninguém segura a juventude do Brasil”, “Exportar é a Solução” etc. Fabricam-se inclusive — ou especialmente — milagres. Aliás, 1972, data consagrada ao sesquicentenário da proclamação da independência, se apresentou como um prato cheio às investidas publicitárias. Poucas pessoas se deram ao trabalho de submeter à análise fria e desapaixonada as idas e vindas, as marchas e contramarchas do processo da

independência brasileira, o que (com licença pelo comercial) nos levou à publicação do ensaio “Brasil: Independência ou Em Dependência?”

Por essas e outras Tristão de Athayde, que assina coluna “de-vez-em-quandária” no “Jornal do Brasil” condenava no artigo “Comemoração ou Rememoração” “o exagero dos slogans, dos cartazes, dos distintivos, de tudo que traduz uma atmosfera de paternalismo ou de autoritarismo totalitário. A contratação prévia de grandes agências de propaganda comercial começa logo por dar a essas manifestações políticas sérias e mesmo históricas, um caráter de publicidade utilitária e de “bourrage de crane”, como dizem os franceses, que deturpa substancialmente o sentido patriótico dessa comemoração... Em vez de levantarem a opinião pública, deprimem-na. Em vez de estimularem o civismo, excitam o cinismo. A saturação torna insofocável o próprio sal. O civismo, por decreto ou por programa de espetáculo, acaba sempre em anticivismo”.

MENOS PÃO E MAIS CIRCO

Nesse estado de coisas desponta, por exemplo, o esporte, seja o futebol, seja a febre do automobilismo, como um derivativo ou um substitutivo da vida política. Paralelamente os salários médios reais das classes ditas inferiores se deterioram. Isto para nos determos nos aspectos materiais da questão, deixando aqui de lado o processo galopante de despolitização das massas, o esvaziamento forçado do sindicalismo, as bitolas à liberdade de expressão, perdendo-se também de vista o desenvolvimento de uma consciência humanista, dado fundamental à afirmação espiritual de um povo.

Os recursos do pão e circo, popularizados na antiga Roma, ainda imperam mundo afora. O pão muitas vezes falta, principalmente em regiões onde as massas já pararam de comer bife a cavalo, devendo contentar-se com bife a pé mesmo... Circo, todavia, com perdão pela palavra, abunda. Um clique no botão da televisão ou do rádio será bastante para colocar diante de cada um alienação visual (em branco e preto ou a cores), conforme as posses do agente alienado) e alienação auditiva. Enfim, alienação à la carte.

Tudo isso nos conduz, em última análise, a pensar com nossos botões sobre os meios dos quais se valeu o nazi-fascismo no objetivo de atrair o apoio dos extratos inferiores da classe média, pondo-os, sob diferentes sentidos, a serviço do imperialismo alemão e dos junkers (pequena nobreza rural). Passando por alto no assunto convém recordar a propósito

as palavras de Erich Fromm em “Psicologia do Nazismo”: “Outros, que não eram membros da maquinaria nazista, receberam empregos extorquidos aos judeus e aos inimigos políticos; quanto ao resto (eis o traço comum que nos interessa), embora não conseguissem mais pão, conseguiram mais “circo”. A satisfação emocional fornecida por aqueles espetáculos sádicos (à moda da casa Chacrinha atira bacalhaus à platéia) e por uma ideologia que lhes dava a sensação de superioridade sobre o restante da humanidade (com mais modéstia, observada a nossa condição de país capitalista dependente, acata-se, senão oficial ao menos oficiosamente a sentença de Nixon: para onde se inclinar o Brasil se inclinará a América Latina) foi bastante para recompensá-los — pelo menos por algum tempo — do fato de suas vidas terem sido empobrecidas econômica e culturalmente... Esses efeitos foram atenuados ou sistematizados por uma ideologia política — tal como o haviam sido por ideologias religiosas no século XVI — (no nosso caso, a mística desenvolvimentista) e as forças psíquicas assim despertadas passaram a agir em sentido oposto aos dos interesses econômicos originais daquela classe.”

Não queremos confundir alhos com bugalhos. Importa, sim, recolher as lições proporcionadas pela história a fim de que a vida não se pregue na peça. Pensar e raciocinar fora das bitolas convencionais nunca é demais. Notadamente quando se vive em meio ao reino encantado dos slogans, ou melhor, dos falsos slogans.

Nota: Provando que o mar está prá peixe os jornais divulgaram declarações de integralistas brasileiros à cuja frente aparecia o deputado federal pela Arena Plínio Salgado, considerando “o pai do fascismo à brasileira”. Ele assegura haver mais de uma centena de arenistas cujas origens remontam ao integralismo. Diante das afirmativas do cidadão Plínio Salgado, ultimamente em fase de organização do Movimento de Renovação Nacional, as associamos ao prefácio de Moniz Bandeira ao livro “Que é o Fascismo”: “Qualquer semelhança não será mera coincidência. O fascismo incorporou muitos dos seus elementos ao arsenal ideológico das democracias ocidentais que o derrotaram nos campos de batalha da Europa... nas doutrinas de segurança e nas leis de exceção erigidas como dogma e rotina do Estado moderno, que, a pouco e pouco, se desfaz de suas roupagens jurídicas. As democracias, nos momentos de crise do capitalismo, dão verdadeiros espetáculos de *strip-tease*, mostrando, em toda a plenitude, a nudez do seu autoritarismo.”

Hotéis Comodoro

Supremos na arte de hospedar

São Paulo:

Av. Duque de Caxias, 525 — Tel. 220.1211.
136 apartamentos. Todos de frente. Geladeira. TV. “Convention Hall”. Três bares. Restaurante. Copa 24 horas por dia.

Santos:

Praia do Gonzaga. Rua Jorge Tibiriçá, 44 — Tel. 4.0785.

Apartamentos para temporada e fins de semana. Todos de frente. Restaurante, geladeira e TV.



5ª de uma série

Mafiosos da indústria farmacêutica americana ameaçam a saúde mundial

NÉLSON BRITTO

Seria por causa desse enfoque que o governo norte-americano, ainda escravizado à uma legislação anômala e predatória — apesar de um pouco mais atenuada — seguidamente tem realizado monumentais aquisições de medicamentos em países europeus, para suprir, principalmente, as necessidades de suas forças armadas, dentro e fora do país. Desnecessário se torna esclarecer que tais iniciativas têm resultado em espantosas economias orçamentárias para o exército, a marinha e a força aérea, conforme ficou demonstrado na reportagem anterior.

Só através de atos como esses o governo dos Estados Unidos tem conseguido derrotar o gangsterismo que infesta a indústria farmacêutica de lá, produzindo remédios que matam e deformam e, ainda roubando a economia nacional com a manipulação insidiosa dos preços, comprovadamente superiores a tudo o que já se viu em matéria de extorsão. E quando se trata de medicamentos arrolados como éticos (vendidos sob receita médica), essa extorsão se eleva a níveis imaginários, como ficou patente, nos casos dos estróides, dos tranqüilizantes, dos anti-diabéticos, hipnóticos e tantos outros. O consumidor continua entregue à volúpia insaciável de lucros dos laboratórios: ou paga ou morre.

DONO DE PATENTE

Na Europa, como vimos, é vetada a existência de monopólio no campo da produção de remédios. Não se concede patentes de exclusividade envolvendo o fabrico de drogas. Na Alemanha e na Suíça, dois países líderes mundiais nos campos das pesquisas químicas e farmacêuticas, só se concedem privilégios, de processos de fabricação, o que estimula as empresas do ramo a se desdobrarem para aperfeiçoarem métodos de produção capazes de superar aqueles. Então a patente funciona sempre como um incentivo a descobertas de novos métodos de processamento que resultam, invariavelmente, em baixas de preços. O objetivo sempre é o mesmo; beneficiar os consumidores. Mas nos EUA a situação é muito diversa. Os remédios em nada diferem dos produtos comerciais comuns.

A empresa que detiver patente, seja de que for — medicamento ou feijoada — pode ficar tranqüila durante 17 anos, absolutamente isolada no mercado em relação aos outros fabricantes. Mesmo que estes consigam desenvolver processos mais aperfeiçoados, melhorando a qualidade e aumentando o volume de produção, nada podem fazer senão esperar a caducidade dos direitos do detentor da patente primitiva. É inacreditável que a legislação norte-americana dê amparo a tamanha monstruosidade. Mas da E o gansterismo do setor se aproveita avidamente dessa falha para continuar assaltando, sem o menor escrúpulo, tanto o erário quanto a economia popular.

O GRANDE ESCÂNDALO

Um homem praticamente deu a vida

Preços e suborno

No Brasil, tanto quanto nos Estados Unidos e em todos os quadrantes da terra, são os governos, invariavelmente, os maiores compradores de medicamentos. Mas somente na Europa conseguem eles, sem que haja necessidade de recorrer a ameaças, realizar suas compras de maneira vantajosa para o erário e o povo. A razão é simples: lá não existe, no campo da produção de remédios, a presença perniciosa dos trustes e monopólios. Os problemas de saúde são prioritários sobre todos os demais para todos os governantes, que não admitem a concessão das patentes de exclusividade envolvendo produtos farmacêuticos. A preferência do mercado consumidor é livremente disputada. O que vale dizer: quem oferecer o melhor produto pelo menor preço da praça é quem a conquista.

para excluir da legislação norte-americana esta monstruosidade que é o direito de patente exclusiva, por 17 anos, concedido aos laboratórios farmacêuticos. Foi o senador Estes Kefauver, que morreu na presidência da Subcomissão do Senado Contra o Truste e o Monopólio. Sempre foi considerado um indesejável para a máfia das grandes empresas monopolistas. Num trabalho que durou quase uma década, Kefauver, desafiando todas as ameaças e descrenças, conseguiu arrancar do Congresso uma nova legislação para conter a ação anti-social dos grupos que empolgavam, dentre outros, o setor de produção de remédios. Concentrou o melhor de sua capacidade para excluir da legislação o direito de patente à indústria farmacêutica, que sempre considerou uma concessão absurda.

Não foi integralmente bem sucedido. A caixinha do truste, recheada de milhões de dólares, despejava o suborno e a corrupção por toda a parte. Comprava consciências e fazia ameaças. Mas ele não se intimidou e foi em frente, estimulado por quase toda a comunidade do país e pelos senadores que compunham o órgão parlamentar. Acabados os trabalhos para prover o governo de um instrumento capaz de conter a investida dos gigantes da indústria farmacêutica, Kefauver exultava por ter conseguido reduzir de 17 para 3 anos, o direito de exploração de patentes. O projeto havia tramitado por todas as comissões técnicas, fora aprovado pelos plenários das duas casas e encaminhado a sanção do presidente dos Estados Unidos. Era um golpe que, embora não sendo mortal, deixava o gangsterismo dos laboratórios moribundo. A população se regozijava com o sucesso da Subcomissão e ficou aguardando a palavra da Casa Branca, que não tinha a mínima condição de vetar, uma expressão, uma palavra, uma letra sequer, do texto aprovado pelo parlamento.

Finalmente, após um ano de expectativa, foi anunciada a aprovação da nova lei pelo governo federal, que a sanciona-

na íntegra. Quando, porém, foi publicado o texto pelo órgão oficial do governo e por toda a imprensa, viu-se que o dedo do gigante andara chafurdando na intimidade da Casa Branca, pois a parte referente a concessão de patente, bem como o prazo de exclusividade de exploração por 17 anos, não haviam sido extirpados da nova legislação. O mundo quase veio abaixo, mas ficou assim mesmo. E até agora ninguém sabe onde, como, quem fez e quanto custou ao monopólio a compra dessa consciência de abutre. O suborno teria sido de um bilhão de dólares, mas ninguém conseguiu provar quem o embolsou ou dividiu. Se o crime foi perpetrado dentro da Casa Branca. Graças a esse suborno os laboratórios já retomaram centenas de outros bilhões, do próprio governo e da população, sua vítima principal no processo de espoliação.

OS DESASSISTIDOS

Por causa de gente inescrupulosa como esta que se deixou subornar, milhares de pessoas inocentes estão pagando. O criminoso talvez esteja pouco satisfeito com sua consciência, mas sem dúvida jamais precisará de dinheiro para se curvar às necessidades de sobrevivência. O certo, no entanto, é que por conta do seu gesto muitos estão morrendo desassistidos. Neste rol se encontram todas as famílias pobres, os velhos pensionistas e os aposentados. Embora os Estados Unidos seja o país de maior renda per capita do mundo, a maioria de sua população não dispõe de recursos para suprir suas próprias necessidades em matéria de saúde. Os preços dos remédios são tão elevados que milhares têm morrido à míngua de assistência. E os velhos pensionistas e aposentados, sem outras oportunidades de trabalho, são forçados a fazer a opção: comer ou comprar medicamentos para suas enfermidades. Para fazer as duas coisas não dá. Assim, a Upjohn é o carrasco dos diabéticos; a Smith, Kline & French é o algoz dos doentes mentais; a Carter Products explora os esquizofrênicos; a Pfizer, a Bristol, a American Cyanamid e Squibb, ar-

rancam o couro da imensa legião de infectados (estados febris, gripais, ulcerativos, etc), e assim por diante. Tudo isto porque a maioria da produção de medicamentos nos Estados Unidos acha-se protegida por um intocável controle de patentes e uma ditadura de preços, dos próprios fabricantes. Os pequenos laboratórios nem sequer são ouvidos a esse respeito, limitando-se a aceitar as diretrizes traçadas pela cúpula das maiores empresas.

AS MARCAS

Está absolutamente certo em suas afirmativas o senador Estes Kefauver. Mas poderia ter acrescentado que a máfia da indústria farmacêutica norte-americana, além de todos os senões já vistos, rouba também com a simples alteração de nomes dos produtos que fabrica. Haja visto que apenas três laboratórios, há bem pouco, se apresentavam como "os únicos fabricantes da tetraciclina vendida nos Estados Unidos: Pfizer, Bristol e American Cyanamid. Dois outros — Upjohn e Squibb —, embora sendo grandes também, o máximo que conseguiram foi autorização para vender o produto já condicionado em sua forma bruta, adquirida a Bristol. Então cada uma das empresas diligenciou para arranjar um nome para servir de marca de fábrica — Tetracyn, Anchromycin, Polycycline, Steclin e Pammycin — com o objetivo exclusivo de majorar o preço do produto nos mercados interno e externo. Foi o que fizeram.

NR: No próximo número pretendemos relacionar dados enviados por autoridades médicas, pesquisadores e especialistas na matéria, pois não contávamos fossemos receber, em face de um trabalho tão desprezioso, tão farto volume de correspondência. De antemão deixamos nossos agradecimentos a quantos nos distinguiram, e avisamos que os elementos que nos vieram ter às mãos, inclusive denúncias gravíssimas, serão aproveitados à medida do possível. É com prazer que vamos ceder nosso lugar aos leitores para a seqüência desta série de reportagens. De nossa parte não houve preocupação em fazer sensacionalismo. Como o truste que mata e explora o povo norte-americano é praticamente o mesmo que destruiu nosso parque, pretendíamos apenas exibi-lo sem máscara, para em seguida procurar sensibilizar o nosso governo no sentido de implantar no país as bases de uma indústria química, sem a qual todo o esforço para suprir as necessidades do povo brasileiro em matéria de medicamentos, se torna inviável. "Só com uma indústria química de base, e estatal — conforme observa o doutor Mário Victor de Assis Pacheco —, nos libertaremos da dependência estrangeira, criaremos campo adequado à formação e aperfeiçoamento de nossa mão-de-obra, deixaremos de exportar cérebros, acabaremos com o superfaturamento dos laboratórios estrangeiros, reteremos no país técnicos e cientistas e poderemos, de fato, desenvolver no Brasil uma autêntica indústria farmacêutica".

FUSÃO GB-RJ: UMA MEDIDA INADIÁVEL

Elias Grego

Elias Grego — fluminense, médico, 79 anos — é um dos homens mais jovens do Brasil. Permanentemente interessado pelos problemas do País, tesoureiro há quarenta anos da Liga de Defesa Nacional, político na melhor acepção do termo, estuda há anos a questão da fusão da Guanabara com o Estado do Rio. O trabalho de sua autoria, que estamos publicando, nos foi enviado como uma contribuição ao debate sobre um tema que — tudo indica — não demorará muito a ganhar as avenidas da opinião pública.

A questão da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro deve ser enfocada, sempre, tanto do ângulo da realidade dos dois Estados, quanto da que oferecida pelo País como um todo. Sem a conjunção desses dois enfoques, a perspectiva e a análise se tornam imperfeitas, seja qual for o aspecto abordado ou a problemática examinada.

A situação guanabarina é condicionada por uma figura política curiosa — a do Estado-cidade. Área geográfica limitada, tem sua vida social eminentemente ligada à situação pretérita de capital da República, em consequência do que se tornou o principal centro cultural e político do País. Embora ostente razoável densidade econômica, não detém todas as condições que lhe seriam exigidas para um desenvolvimento permanente, uma vez perdida a condição de Capital Federal.

Mantida a situação de Estado-cidade, depois de ter feito um determinado esforço econômico no sentido de desenvolver indústrias e serviços, a Guanabara terá que optar fundamentalmente pela especialização em atividades específicas, como, por exemplo, a da intermediação financeira e a do turismo, interno e externo: ambas as dimensões relativas incapazes de assegurar-lhes a expansão contínua indispensável.

Muito dificilmente, dada a densidade da sua população e a respectiva taxa de crescimento, poderá a Guanabara manter isoladamente, ao longo do tempo, a posição econômica relativa de que ainda desfruta no cenário nacional. É, aliás, essa perda de posição relativa que está sendo denominada de esvaziamento econômico, fenômeno esse que terá indiscutivelmente lugar, e em grandes proporções, se não houver, em tempo útil, modificação substancial das condições básicas que caracterizam a posição aqui chamada de Estado-cidade.

O Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, ostenta grandes potencialidades e razoável desenvolvimento industrial, embora seja lenta a evolução acusada por seu setor primário e difícil a radicação de seus novos contingentes demográficos ante a atração que exerce o grande centro urbano — o Rio — encaixado em sua área geográfica.

Por outro lado, também sozinho, o Estado do Rio não tem condições de competir economicamente, sobretudo em termos de desenvolvimento industrial, com o colosso paulista. Diferente, porém, seria a sua situação se as barreiras artificiais de natureza fiscal, e até mesmo políticas, deixassem de apartá-lo, de fato, de sua parte geograficamente constitutiva, que é o Estado da Guanabara.

Essa área geograficamente integrada ou contínua, que é o binômio Estado do Rio-Guanabara, coloca-se, tal como está, em posição hoje relativamente desfavorável ante a política econômica federal, pois o advento de órgãos ou superintendências executivas para o Sul, o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte e, bem assim, o advento de política de incentivos ou estímulos, caracteristicamente de amparo federal aquelas regiões e, já agora, a Estados isolados, como o Espírito Santo, deixam o binômio em progressi-

vo deslavor relativo, cujas consequências podem ainda não ser graves, mas já se esboçam como de rápido agravamento.

Por todos esses motivos, a fusão da Guanabara e do Estado do Rio torna-se elemento importante para evitar a decadência relativa daquela e a morosidade da evolução deste.

ASPECTOS POLÍTICOS

Não é objetivo destas notas abordar os aspectos políticos envolvidos numa fusão dos dois Estados. Trata-se de uma especialidade e de assunto bastante conturbado, cuja apreciação pragmática e objetiva só teria sentido nos altos planos do poder nacional. Mas, é inegável o traço positivo de uma fusão para a vida política dos dois Estados. Primeiro aspecto a realçar, nesse particular, é o da representatividade da bancada federal que ganharia, sem dúvida, uma expressão indiscutível, tanto pelo número, quanto pela densidade política que ostentaria. O segundo aspecto seria o próprio peso específico do novo Estado, já então apresentando uma economia de larga envergadura, graças à fusão, e fazendo com que, nas decisões políticas nacionais, o peso da opinião do novo Estado muito dificilmente pudesse ter paralelo no cenário nacional.

O terceiro aspecto a registrar liga-se à melhoria do nível, pois a fusão poria sob a influência de uma estrutura política menos primária, como é a da Guanabara, aquela que hoje caracteriza o Estado do Rio, eliminando uma série de questões, de problemas menores e adjectivos, extremamente regionalistas e personalistas, e que tenderiam a ser absorvidos paulatinamente mercê da influência exercida pelo centro social e político maior, de melhor nível, que é o hoje chamado Estado da Guanabara.

Particularmente importante, do ângulo político, é a contextura que ganharia o novo Estado vis-à-vis ao poder e à densidade do Estado de São Paulo, que já é ímpar no País e que, por força do acelerado ritmo de crescimento que ostenta e do progressivo distanciamento econômico em que se vai colocando em relação às demais Unidades da Federação, adquiriu uma posição dominante e, até certo ponto impositiva, no contexto das decisões nacionais, especialmente na que concerne à política econômico-financeira.

Um Estado de porte bem maior, como o representado pela fusão de Guanabara e Rio de Janeiro, já nas dimensões atuais seria uma espécie de contrafação implícita ao progressivo predomínio de São Paulo; implícita ou mesmo ostensiva, ganhando em poderio na medida em que a fusão acelerasse seu desenvolvimento econômico e social.

ASPECTOS G. ECONÔMICOS

A continuidade geográfica da área em que se estendem os dois Estados não precisa ser abordada, mas é indubitável que essa continuidade leva a determinados fatores de aglutinação natural, que são esbarrados pelos obstáculos artificiais que decorrem da divisão política.



Larga faixa do Estado do Rio é o que se pode chamar de "área-dormitório" para a população que trabalha na Guanabara. Uma outra faixa tem a Guanabara como um mercado natural, de uso-fruto mais amplo, dificultado pelas barreiras interestaduais.

Do seu lado, a Guanabara não pode ficar imune ao seu incrustamento íntimo na área geográfica do Estado do Rio, que a circunda e, como tal, passa a ser um escoadouro natural para os movi-

Se a Guanabara, de certo modo, recebe impactos favoráveis da continuidade geográfica, por outro lado, sofre-lhe os efeitos, que passam a ser negativos na medida em que as barreiras artificiais não permitem compensações positivas adequadas.

Há uma natural interação geográfica, ou melhor dizendo, geoeconômica, que será tanto mais ampla quando as duas capitais estaduais — Rio e Niterói — vierem a ser ligadas diretamente pela ponte em construção.

Colocar-se-á, aí, um fenômeno curioso. A cidade-Estado Guanabara passará a ser uma cidade ainda maior, pois Niterói gravitará permanentemente em sua órbita. Rio-Niterói passará a ser então a grande Cidade, criando a figura de um Estado-cidade que, por todos os motivos, influenciará decisivamente a vida da capital e de todo o outro Estado — o Estado do Rio.

A essa interação, que chamaríamos de natural e que diríamos inexorável, corresponderia promover uma integração econômica de tal maneira que o setor agrícola do Estado do Rio passasse a beneficiar-se plenamente do grande centro de consumo que é o mercado guanabarina. E de tal forma, que a integração industrial entre os dois Estados permitisse os benefícios das mudanças de escala, dos rateios de investimentos e das complementações industriais.

O elemento básico para essa integração econômica — básico, mas não único — seria a eliminação das barreiras, especialmente das de caráter fiscal e a adoção de uma política tributária comum que facultasse o respeito àquilo que é natural na área como um todo: a própria constituição ou estrutura da economia global.

A relativamente grande extensão territorial do Estado do Rio abre campo para melhor distribuição da população dos dois Estados, pois a fusão haveria de permitir que se impulsione alguns centros subsidiários — cidades do hoje Estado do Rio que, sem se distanciarem da Capital (o binômio Rio-Niterói), poderiam produzir dois tipos de movimento demográfico:

- a) melhor radicação dos habitantes ao longo da extensão territorial do novo Estado;
- b) contrafação ao movimento migratório no Rio de Janeiro ou, o que é mesmo, emigratório para o Rio de Janeiro. Poderia ser um elemento de dispersão.

A continuidade geográfica, no caso, permitiria melhorar todo o sistema viário e sua administração. Dentro da concepção maior de grande Estado, estar-se-ia dando à nova unidade um embasamento econômico bastante bom, pois embora seja razoavelmente ampla, a área geográfica não é de dimensões excepcionais, evitando os grandes vazios, por isso não apresentaria grandes distâncias a vencer e a exigir maciças e onerosas aplicações.

Do ponto de vista econômico se poderia dizer que, num primeiro lance, a fusão ajudaria a abrir perspectivas mais amplas a uma população que, em conjunto, já deve ultrapassar aos 8 milhões de habitantes, favorecendo a política de melhoria de rendas na medida em que o domínio econômico do território do no-

vo Estado fosse sendo feito com equidade e maior racionalidade.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Benefícios inegáveis decorreriam da fusão em termos operacionais, isto é, de gestão econômico-social. Desde logo, permitiria o advento de uma programação econômica mais ampla e sedimentada, correspondendo a uma economia em que os três setores — primário, secundário e terciário — apresentariam, de per si e em conjunto, razoável contextura. Essa programação, por outro lado incidindo sobre e defluindo de um centro econômico já forte e com um pólo social bem evoluído — o Rio de Janeiro — seria de execução relativamente fácil ou não extremamente difícil, mas de resultados excepcionais a prazo não longo.

Além disso, a soma da arrecadação tributária, hoje jurisdicionada a dois poderes administrativos, formaria um buquê de recursos bastante amplo para permitir ponderável investimento público. Um rateio dessa inversão entre os diversos setores econômicos ao longo da extensão geográfica do novo Estado traria benefícios inegáveis para a mais rápida expansão do conjunto de atividades econômicas, sociais e culturais.

É fácil de ver que esse rateio de investimentos poderia situar-se num plano muito mais técnico do que aquele que hoje se verifica no Estado do Rio e de cujo econômico muito maior do que aquele que hoje se verifica na Guanabara. Não seria, pois, apenas a soma dos recursos, mas o seu emprego mais racional e com sentido econômico muito mais profundo. Desse rateio e dessa aplicação mais racional e densa, grandes benefícios decorreriam para o aumento do poder de compra da população — este a receber, logo adiante, um seguado impulso através das mudanças de escala na produção, que tenderiam a ocorrer por força da constituição de um grande mer-

cado e de uma economia integrada, já então competitiva, desse ângulo, com o mercado paulista.

Para efeito de ação da iniciativa privada — agricultura, comércio e indústria — o advento do grande mercado mudaria as expectativas empresariais para melhor e, naturalmente, tenderia a fazer do novo Estado um pólo de atração para capitais internos e externos.

Considerando-se que a extensão territorial do novo Estado, se bem que ampla, não seria excepcional, a densidade geoeconômica concederia às unidades de produção da área benefícios inegáveis em termos de transporte ou, o que é o mesmo, de custo-distância.

- I) alto nível de renda "per capita";
- II) existência dos três estágios econômicos — primário, secundário e terciário — já com certo nível de organização;
- III) volume razoável de população;
- IV) nível médio de educação relativamente elevado;
- V) condições geoeconômicas favoráveis; e
- VI) dimensões territoriais não pequenas, mas também não de porte continental.

V — ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Além dos benefícios de uma receita tributária globalizada, poder-se-iam destacar os seguintes fatores positivos de uma fusão:

- 1) eliminação do excessivo caráter de aplicações urbanas de recursos públicos na Guanabara;
- 2) dispêndio de natureza mais econômica do produto propiciado pelo esforço de poupan-



ça da população conjunta dos atuais dois Estados;

- 3) melhor padrão administrativo, dada a influência natural que decorreria de uma mudança de condição nos dois planos estaduais, em consequência da fusão;
- 4) unidade administrativa a incidir sobre uma unidade geográfica e econômica.

Seria ocioso explicar as vantagens de cada um desses itens, compreensível cada um deles pelo próprio enunciado, mas é de destacar-se o fato de que, no momento, a Guanabara absorve fundamentalmente os recursos orçamentários em gigantescas obras urbanas, escapando quase totalmente à sua política administrativa o espírito econômico, dominado que é o ato administrativo pelas exigências de um Estado-cidade.

Esse último fato se compõe com outro, também de sentido negativo no momento: a influência que Niterói exerce sobre a administração pública do Estado do Rio, em virtude de ser, de fato, uma cidade-satélite do Rio de Janeiro. Também lá, no Estado do Rio, a filosofia administrativa é eminentemente urbana, consequência de um mimetismo quase impositivo, como espelho direto do que ocorre na Guanabara. Isso é depoimento a realidade do interior do Estado, todo ele coberto por automóvel em poucas horas e, no entanto, órfão do progresso em larga margem, a não ser em determinados e poucos centros já urbanizados.

A figura da fusão propiciaria sensível dispersão de efeitos econômicos e bem assim novas modalidades de administração dos recursos e de ação administrativa. Esses benefícios dariam, inclusive, à máquina administrativa dos dois Estados, e que passaria a ser apenas uma, novas funções e, por certo, uma nova estrutura. Há, porém, um aspecto a registrar, que se apresenta como problema real a enfrentar: a questão do funcionalismo.

Realmente, é discrepante a situação do funcionalismo da Guanabara em relação ao do Estado do Rio; e a unificação do poder administrativo traria, sem dúvida, à tona, a questão da equidade e, portanto, das despesas consequentes. Mas essa questão poderia ser resolvida pelo processo elástico do gradualismo, ou seja estabelecendo-se que a paridade viria a ser alcançada ao longo de um número dado de anos. Dentro do período estabelecido, haveria um reajustamento paulatino e de tal forma que permitisse, ao final do período, a eliminação das discrepâncias. Sem maiores impactos orçamentários.

Por outro lado, a unificação do poder administrativo iria exigir um estudo de fundo sobre a reformulação da estrutura funcional e dos quadros, respectivos, estudo esse que não poderia ser, de forma alguma, de curto prazo, mas que, ao seu término, poderia modernizar amplamente a posição funcional e dar ao conjunto de atividades oficiais novas modalidades e nova feição, de resto exigidas pelo próprio advento do novo Estado, inclusive — em termos de distribuição geogr-

fica — da presença física da máquina administrativa.

Sen subestimar a magnitude do problema em foco, não há por que considerá-lo insolúvel, nem menos de solução contudente, bastando apenas que o seu equacionamento, e as soluções respectivas, fossem livres das pressões políticas, dos arrivistas e do clientelismo eleitoral.

ASPECTOS ESPECIAIS

Considerando a continuidade da área geográfica dos dois Estados e o indiscutível favor da natureza que o conjunto apresenta, a fusão traria benefícios inegáveis ao fomento de uma ampla e próspera indústria de turismo, habilitada, então, a atrair amplos contingentes de visitantes estrangeiros. As cercanias do Rio de Janeiro, politicamente jurisdicionadas ao Estado do Rio, oferecem possibilidades extraordinárias para um impulso ao turismo como fonte de receita em moeda estrangeira e fonte de trabalho para apreciáveis parcelas de mão-de-obra local.

A densificação econômica que decorreria da fusão, dado o fato de passar a economia do conjunto a ostentar a condição de economia integrada, isto é, setores primário, secundário e terciário como peças conjugadas, facultaria o advento de uma fecunda política de incentivos ao fomento econômico e a formação de unidades empresariais mais amplas e mais sólidas.

Essa política dado não ser a extensão territorial do novo Estado de ordem excepcional, poderia voltar-se para a criação de pólos de influência (centros urbanos subsidiários), que exerceriam uma atuação centrífuga, ajudando a distribuir melhor a população estadual.

Finalmente, o centro cultural que daí se originaria, escorado por um forte embasamento econômico, devolveria à Guanabara todo o esplendor da posição que, no particular, sempre ostentou e, ao hoje Estado do Rio, a possibilidade de mais rapidamente integrar-se nessa difusão cultural.

Não há dúvida de que o novo Estado, somadas as condições políticas, sociais, econômicas e culturais, se destacaria talvez não só como o centro de maior projeção no País, mas ainda por passar a dispor de possibilidades de evolução que talvez só São Paulo, e assim mesmo de modo discutível, poderia ostentar.

Não há nenhum objetivo, ao asseverar-se tal, em colocar o Rio de Janeiro numa posição preteritorial ou impositiva na realidade nacional, mas sim a de ter-se, no centro do movimento histórico nacional, uma posição que pudesse equilibrar aquela em que vai se transformando o Estado de São Paulo.

Se o equilíbrio daí resultante seria útil para a região hoje denominada Estado da Guanabara e Estado do Rio, para o resto do País seria de relevante função. São Paulo, com força centrífuga, vai exercendo influência sobre todos os rincões do País e não tem condições para corresponder sozinho ao que requer um desenvolvimento menos desequilibrado da Nação. geográfica, social, econômica e politicamente falando.

EXCLUSIVO

Multinacionais, o monstro do neocolonialismo

EVALDO DINIZ

Multinacional é o apelido do truste sofisticado. Do mesmo truste que de 1956 a 1965, com um investimento de US\$ 2,8 bilhões, levou de lucros da América Latina cerca de US\$ 4,5 bilhões. E que somente em 1971, já com sotaques de linguagem subdesenvolvida, descapitalizou o Continente em mais de um bilhão de dólares. Mas por ser o produto natural do capitalismo avançado, a multinacional nunca esteve dissociada da política oficial de seus países de origem, pois é dessa união que surgem formas econômicas de dominação imperialista ou neocolonialista, dependendo da área de atuação.

Por isso é preciso ver com muito cuidado a atual investigação na Subcomissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, sobre as conspirações da ITT, no Chile. Não foi filantropia que o senador Franck Church intimou William Merriam, John McCone, J. Guerry e Edward Korry, todos implicados na trama da multinacional. Afinal de contas o Estado teria que pagar US\$ 92 bilhões à ITT, se ficasse comprovada a arbitrariedade do governo Allende. Além disso, o escândalo formado em torno do assunto por Jack Anderson, no "Washington Post", ultrapassou as margens do rio Grande e sacudiu muitos governos, como o do México, que já andavam desconfiados das "maravilhas" do investimento estrangeiro.

Existe também o aspecto interno. "As investigações abrangerão desde a América Latina e Ásia, até a Europa, Mediterrâneo e África, explorando a atuação das firmas multinacionais em áreas onde há mão-de-obra barata, um fato particularmente irritante para os sindicatos norte-americanos" foi o que disse Franck Church, em 18 de janeiro, quando explicou as razões que levaram a Subcomissão senatorial a investigar a ITT. A preocupação fundamental dos congressistas norte-americanos não é salvar a América Latina da ganância neocolonialista. O que seria contraproducente, pois 80% dos lucros conseguidos pelas empresas norte-americanas no exterior, as multinacionais, "são remetidos para os Estados Unidos", na informação de Donald Kendall, presidente da Pepsi-Cola.

ASSOCIAÇÃO DO ESTADO COM O TRUSTE

Nos relatórios da ITT, agora comprovados com depoimentos de seus diretores ante a Subcomissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, há sérias indicações de que a Casa Branca e o Departamento de Estado também tiveram parte ativa na conspiração. Entretanto, a associação governo-truste não é inédita nem na América Latina, nem no resto do mundo. Em 1911, na fase mais agressiva do imperialismo, a da redivisão do Mercado Mundial, o presidente Taft obrigou seu colega hondurenho Francisco Bertrand a assinar, na cabine de comando do encouraçado "Tacoma", um empréstimo de 10 milhões de dólares que havia sido "oferecido" a Honduras pelo grupo Morgan. Dois anos antes o presidente nicaraguense José Santos Zelaya foi substituído no governo por Juan Estrada, porque se recusara a aceitar a "ajuda" de Morgan. Como a força prevalece, Estrada teve que receber o empréstimo.

Mais recentemente, em 1953, foi de união da CIA com a Gulf Oil Corporation, que surgiu a derrubada do primeiro-ministro nacionalista Mossadegh, do Irã. E o agente da CIA - Kermit "Kim" Roosevelt - que propiciou o golpe, a exemplo do que aconteceu com John McCone na ITT, foi apresentado com a vice-presidência da Gulf. Ninguém também ainda esqueceu da Guatemala, de Jacobo Arbenz. Por ter expropriado os bens da United Fruit Company, atraiu para seu governo todo o ódio dos norte-americanos.

Em suas memórias o Embaixador John Peurifoy, dos Estados Unidos na Cidade da Guatemala, confessa sua participação direta na trama golpista. O ex-presidente Miguel

Ydigoras Fuentes também fala do assunto e conta que foi procurado por agentes da CIA e executivos da United Fruit, que lhe prometeram apoio militar e financeiro para derrubar Arbenz. Como ele não aceitou, a "revolução" foi feita pelo coronel Carlos Castillo-Armas que devolveu as terras para a multinacional, colocou os sindicatos na ilegalidade e fez uma verdadeira matança entre os políticos.

Não foi à toa que um norte-americano envergonhado, o general Smedley D. Butler, disse em 1935: "Passei 33 anos e 4 meses no serviço ativo como membro da mais ágil força militar do meu país. Servi no Corpo de Fuzileiros Navais desde segundo-tenente até general. Ajudei a transformar o México, especialmente Tampico, em lugar seguro para os interesses petrolíferos americanos em 1914. Estive em Cuba e Haiti, fazendo dali lugares decentes para os rapazes do National City Bank apanharem seus lucros. Ajudei a purificar a Nicarágua para os interesses da casa bancária internacional dos irmãos Brown e trouxe à luz a República Dominicana para os interesses açucareiros dos Estados Unidos."

CASO DA ITT NO CHILE CONTRA ALLENDE

A história começa em 1970. Setembro, dia 4. Começa com um memorando confidencial de J. D. Neal, funcionário da ITT em Washington, para William Merriam, vice-presidente da multinacional. Nele se diz que a ITT procurou Henry Kissinger, no Departamento de Estado, para propor uma ação no Chile, com o apoio de Jorge Alessandri e Eduardo Frei, com a finalidade de impedir que Salvador Allende, vitorioso nas eleições populares, fosse ratificado pelo Congresso.

"Nossos bens estão cobertos por garantias de inversão, mas não queremos compensar as perdas - US\$ 95 milhões - com o dinheiro do contribuinte norte-americano", diz a ITT, imaginando prejuízos no governo de Allende.

Acontece que na época, a Unidade Popular não havia ainda falado em expropriar qualquer empresa estrangeira. Dizia-se sim, que seriam nacionalizadas e indenizadas justamente, desde que abatidos os possíveis lucros exagerados e a sonegação fiscal.

Segundo o próprio relatório, já no dia 17 de setembro, "o embaixador Edward Korry (dos Estados Unidos em Santiago) recebeu luz verde do Departamento do Estado para, em nome do presidente Nixon, realizar tudo possível - menos uma ação do tipo República Dominicana - para impedir que Allende assumisse o poder". O plano consistia em dar força à "Fórmula Alessandri" (na votação pelo Congresso os parlamentares votariam em Alessandri, candidato do Partido Nacional direitista, que, por sua vez, depois de eleito renunciaria. Nas eleições que se seguiriam, o candidato direitista seria Eduardo Frei, que conseguiria maioria absoluta). Nesse mesmo memorando, faziam-se as seguintes recomendações: 1 - "Nós (a ITT) e outras firmas norte-americanas devemos colocar anúncios no "El Mercurio", que está em dificuldades financeiras; 2 - Que coloquemos pessoas de confiança como propagandistas no rádio e na televisão; 3 - Que apliquemos pressões sobre a USIS, em Washington, para que dê instruções à USIS de Santiago e que comece a mover os edito-



riais de El Mercurio em outras áreas da América Latina e até da Europa;

4 - Que insistamos na imprensa europeia, através de nossos contatos lá, para que publiquem a versão dos desastres que ocorreriam no Chile se Allende ganhasse as eleições".

Doze dias depois, um funcionário da CIA procurou William Merriam, e fez sua proposição de "cinco pontos", que, segundo o vice-presidente da ITT, teria sido rejeitada, por ser muito agressiva. Os pontos eram estes:

- 1 - Os bancos internacionais, controlados pelos Estados Unidos, não deveriam renovar seus créditos ao governo chileno, se Allende fosse empossado;
- 2 - As companhias que comerciam com os chilenos deveriam demorar em pagar suas dívidas;
- 3 - Seriam realizadas pressões econômicas para provocar a falência de companhias chilenas voltadas para o mercado de capital;
- 4 - Retirariam toda a ajuda técnica ao Chile;
- 5 - Que dinheiro não era problema para a empreitada.

Em resumo: a CIA propunha à ITT provocar o caos econômico no Chile, se por acaso Allende fosse confirmado pelo Congresso. Todos os itens deste plano foram confirmados por John McCone, ex-diretor da CIA e atualmente exercendo um cargo de direção na ITT. E quem é John McCone?

A VIDA EXEMPLAR DE UM ALCAGUETE MUITO PRÓSPERO

John McCone é um católico fervoroso, que por ser anticomunista intransigente foi condecorado pelo Papa Pio XII com a ordem de Cavaleiro de São Gregório e com a Grã-Cruz da Ordem de São Silvestre. Dentre suas inúmeras façanhas está a denúncia contra oito cientistas do Instituto de Tecnologia da Califórnia, em 1956, que foram demitidos e processados "por terem absorvido a propaganda soviética e tentar criar, na mente das pessoas mal informadas, o medo de que a precipitação radioativa dos testes com bombas de hidrogênio ameça a vida humana". Aliás, este foi um dos pontos a seu favor quando John Kennedy o nomeou, em 1962, diretor geral da Agência Central de Inteligência (CIA).

A fortuna de McCone teria sido feita toda na época da Segunda Guerra, manipulando o dinheiro de imposto dos contribuintes em sua empresa California Shipbuilding Company, que começou com US\$100 mil e em poucos anos havia obtido lucros de US\$ 44 milhões.

Ralph E. Casey, do Escritório de Contadoria Geral, depondo no Congresso sobre a vida de financista de McCone, fez esta crítica: "Ousaria dizer que em toda história financeira dos Estados Unidos, seja em tempo de guerra ou de paz, nunca tão poucas pessoas ganharam tanto dinheiro com riscos tão pequenos, e tudo às custas dos contribuintes não só desta geração como das gerações futuras." Na época surgiram denúncias de que também estava envolvido em pressões contra países subdesenvolvidos, através da Panam Pacific Tankers Company (que operava no Oriente Médio e Indonésia) e da Standard Oil of Califórnia, da qual tinha ações no valor de um milhão de dólares.

Sua carreira para a CIA foi rápida. Membro da Comissão de Política Aérea (1947), assistente pessoal de James Forrestal, na Secretaria de Defesa (1948), Subsecretário da Força Aérea (1950), diretor do Instituto de Tecnologia da Califórnia (1956), presidente da Comissão de Energia Atômica (1958) e finalmente a CIA, em 1962. Foi na sua época que a CIA realizou a invasão na Baía dos Porcos, em Cuba. Esteve também intimamente ligado a todos os fatos relacionados com a "crise dos foguetes", pois partia dele as ordens para que os aviões-espias "U-2", da CIA, sobrevoassem o território cubano em busca de bases estrangeiras.

Da CIA para a ITT foi um pulo. Diga-se de passagem, a CIA sempre manteve relações cordiais com empresários norte-americanos interna e externamente. Um agente da CIA depondo semana passada no Senado dos Estados Unidos confirmou esses fatos. O que não foi novidade, pois existe uma vasta literatura sobre a implantação da CIA-empresários, em conspirações internacionais. Em Formosa, para ajudar o colonialismo francês em Diem Bien Phu (Vietnã), usava os aviões da Civil Air Transport (1954), e para os assuntos internos (do pessoal de Formosa), tinha a South Air Transport (1958), que nas horas vagas ajudava os "rebeldes" que lutavam em Java contra o presidente Sukarno, da Indonésia. Na preparação da invasão de Cuba, teve a cooperação estreita da Garcia Line Corporation (do cubano Alfredo Garcia) e da Double-Chek Corporation, de um de seus testas de ferro.

No caso da ITT, no Chile, McCone era uma espécie de assessor para assuntos táticos da conspiração. Só era consultado sobre isso. Em 9 de outubro de 1970, por exemplo, Merriam escrevia para o ex-diretor da Cia e fazia um balanço da situação nestes termos:

"Hoje almocei com nosso contato da CIA (Mc Lean) e sintetizarei para você os resultados de nossa conversação. Continua-se fazendo contatos para recrutar membros das Forças Armadas a fim de realizarmos a rebelião. Não há ainda data fixada para ela. Também continuam os esforços para provocar na extrema-esquerda uma reação violenta, o que produziria o ambiente necessário para a intervenção militar..."

A conspiração da ITT no Chile, entretanto, fracassou porque a multinacional e o experiente McCone subestimaram os propósitos antiimperialistas dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e muitos militares chilenos.

De todos os seus documentos só fica o valor da comprovação histórica: os maiores inimigos da pátria, os que não têm o mínimo sentimento nacionalista, os que colocam os lucros acima da dignidade pessoal - no caso do Chile os pedecistas de Eduardo Frei e os direitistas de Alessandri - são capazes de todos os atos abjetos para persistir na terrível prática da exploração do homem e no aviltamento de suas aspirações libertadoras.

Ainda sobre o caso da ITT, William Rogers está intimado para depor no Senado. Não há como o secretário de Estado negar a participação do governo norte-americano na conspiração. Ela está inclusive assinalada no documento de 17 de setembro, de H. Hendrix para E. J. Gerry: "Tarde da noite de terça-feira (set. 15) - diz - o embaixador Edward Korry recebeu finalmente uma mensagem do Departamento de Estado dando-lhe luz verde para atuar em nome do presidente Richard Nixon. Na mensagem dá-se a ele autoridade máxima - para fazer todo o possível - menos uma ação do tipo República Dominicana para impedir que Allende tome posse."

Assim é o truste, que se mascarou de multinacional para explorar com mais sutileza os povos oprimidos. Quando contrariados não vacilam em utilizar seus sórdidos métodos para fazer prevalecer seus interesses econômicos. Infelizmente, como disse o presidente mexicano Luis Echeverria "ainda há governos na América Latina que por medo de perderem mercado para suas matérias-primas não denunciam as manobras do imperialismo econômico". E seria fácil denunciá-las, porque em todos os países latino-americanos sempre há um exemplo de conspiração das grandes empresas estrangeiras.

O Livro Negro da Ditadura Grega (I)

(Baseado no dossier dos jornalistas gregos Aris Fakinos,

Clemente Lipidis e Ricardo Someritis)

PAULO FIRMO

“Os ocupantes dos apartamentos que cercavam a praça acabavam de acordar. Gritos estridentes e angustiados quebraram o silêncio em todo o bairro. Um homem, de meia idade, chamava os cidadãos às armas e gritava Viva a democracia. Mal houve tempo de abrir as janelas e logo o crepitar de uma arma automática reduziu o desconhecido ao silêncio. Mais adiante à praça, pára-quedistas marchavam em fila indiana. Os militares entravam em ação.

O homem de meia idade, morto sobre o passeio, era rodeado por algumas pessoas corajosas. A pergunta era comum: Quem é? Porém a resposta nunca foi revelada. Esse desconhecido passou a fazer parte da História.”

Isto aconteceu no dia 23 de abril de 1967, na Praça de Attikis, em Atenas, Capital grega. O desconhecido morto foi uma das dez a quinze vítimas do 21 de abril, dia marcado pelo golpe de Estado, organizado e levado a cabo por um pequeno grupo de oficiais especialistas das operações de comando, de informação e da ação psicológica do exército grego. O desconhecido foi um dos mártires das primeiras horas do regime democrático grego.

Na cidade de Heráclion, considerada a cidadela da democracia, homens e mulheres desfilaram pelas ruas, em oposição aos revoltosos, no mesmo dia. Todos, sem exceção, estavam desarmados.

“A princípio, os policiais hesitaram. Mas as ordens recebidas eram claras e partidas de autoridades legais. Os policiais acabaram intervindo e dispersaram a multidão.”

A manifestação de Heráclion foi a única de caráter popular, registrada no dia 23 de abril de 1967, em toda a Grécia: testemunho precioso, um pouco irrisório, da resistência popular à iniciativa do exército grego.

O MEDO E O PÂNICO

A confusão, o medo e o pânico reinaram por toda a Grécia. Na noite de 23 de abril, mais de 10 mil gregos foram presos nas cidades de Atenas, Pireu e Salonica. As prisões foram indiscriminadas: veteranos, velhos, doentes de todas as lutas políticas dos últimos 40 anos não foram poupados. Dirigentes e militantes ativos dos partidos políticos (sem exceção), dos sindicatos, das organizações de juventude, dos clubes, e a maior parte dos ministros do governo deposto (legal), dezenas de deputados, diversos altos funcionários da administração, numerosos jornalistas, advogados, escritores, atores, etc.) fizeram parte da lista de presos.

“Em menos de três horas, durante a noite, foi levada a cabo a gigantesca operação. Os edifícios públicos e os centros vitais da Grécia, simultaneamente, foram ocupados pelo exército grego. A central de Comunicações e as instalações da Rádio Nacional foram os primeiros atos de ocupação. As poucas pessoas que tomaram conhecimento de que um **putch** militar estava em curso, ficaram impossibilitadas de prevenirem os amigos ameaçados ou os responsáveis em condições de atuarem. A única rede telefônica não desligada foi a do exército, controlada pelos **putschistas**”



No entanto, a adormecida cidade de Atenas acabou sendo assolada pela notícia. Ninguém podia dizer quem estava por trás daquela iniciativa, compreender-lhe o sentido, avaliar a sua importância e reagir. Tudo era confuso. A maioria dos soldados em serviço nos ministérios e nas suas proximidades julgavam participar de exercícios noturnos. Alguns policiais afetos ao Governo (legal) e alguns oficiais respeitadores da Constituição julgavam que o Governo (legal) limitara-se a tomar medidas de precaução, em consequência de informações no sentido de que “a esquerda preparava movimentos perigosos para a ordem pública”.

A grande maioria dos democratas partidários da União do Centro ou da E.D.A. (esquerda) estavam convictos de que se tratava de um golpe de força, mais ou menos “legal”, fomentado pelo rei Constantino e pela direita, com a finalidade de anular as eleições que estavam fixadas para o dia 28 de maio daquele ano, ou para que as mesmas ocorressem numa atmosfera de medo.

A Rádio Nacional grega transmitia o mesmo programa de marchas militares, em todas as cadeias. Transformada em posto de ligação da rádio dos exércitos, a partir das 6 horas da manhã, começou a emitir os primeiros comunicados oficiais. Todos eles confirmavam a tese do golpe de Estado legal. “Após a difusão de inúmeros slogans contraditórios, que se destinavam a desorientar a opinião pública, afirmando que o dia da verdadeira liberdade do povo chegara ou que a Grécia ressuscitara (termos utilizados pela esquerda), foi apresentado o primeiro comunicado, que tinha a forma de decreto real.

“Ao abrigo do artigo 91 da Constituição, nós, reis dos gregos, decidimos suspender os artigos 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 18, 20, 95 e 97 da Constituição em vigor, em todo o território nacional, em virtude dos perigos que ameaçam a ordem pública e a segurança do país. O nosso ministro do Interior está encarregado de publicar e de executar o presente decreto. (Assinaturas: Constantino, rei dos gregos. O Conselho de Ministros: o presidente, os membros.)”

A controvérsia deste pronunciamento “oficial”, é que no momento da leitura do decreto na rádio, o rei Constantino ainda não havia homologado o golpe de Estado e o presidente do Conselho, o ministro do Interior e os principais membros do Governo estavam presos. O

rei Constantino só homologou o golpe de Estado à tarde, e o decreto foi lido de manhã.

“O documento era falso, não continha as assinaturas mencionadas, e o povo grego estava impossibilitado de saber de tudo isto.”

Um novo golpe de Estado monárquico, mais grave do que o corrido em 15 de julho de 1965 — quando o presidente do Conselho Jorge Papandreu pediu demissão — era admitido, há meses, tanto na Grécia quanto no estrangeiro. Porém, esta expectativa era no sentido de um golpe a fim de evitar ao trono e à direita o perigo representado pelas eleições gerais previstas para o dia 28 de maio de 1967, que seria uma situação provisória à margem da legalidade que permitisse à direita ganhar tempo e organizar eleições fortes que lhe garantissem o êxito.

“O povo não esperava um golpe que conduziria a Grécia a uma ditadura absoluta.”

COMUNICADOS E EXPLICAÇÕES

Após o primeiro pronunciamento, começou a surgir uma série de proibições. O segundo comunicado veio completar o primeiro, caracterizando-o no plano político. Ao contrário do primeiro, este não teve assinaturas, permaneceu anônimo:

A partir de hoje, e até nova ordem, a circulação de todos os veículos e de todos os civis é proibida na cidade. Todos os civis que estiverem na rua devem voltar imediatamente para casa. Será aberto fogo sobre qualquer pessoa que circule na cidade depois do por do sol. Só é permitida a circulação aos médicos e farmacêuticos em caso de doença grave, e mesmo isso só depois de autorização das autoridades competentes.

A partir de hoje, e até nova ordem, é proibido levantar dinheiro dos bancos e das caixas econômicas. A partir do dia 21 de abril, o vencimento das letras comerciais é prorrogado por dez dias. A partir de hoje, e até nova ordem, qualquer compra de soberanos ouro e, em geral, de divisas estrangeiras, é proibida. Qualquer tentativa dos comerciantes com vista a construir reservas de víveres considerará-se um ato de sabotagem e os infratores serão julgados por tribunais militares de exceção. Todos os cidadãos são convidados a denunciar imediatamente às autoridades policiais qualquer tentativa dos comerciantes tendentes a constituir reservas de víveres. A partir de hoje, e até nova ordem, os cursos nas

escolas de ensino primário e médio, assim como nos estabelecimentos de ensino superior, são suspensos.”

Após a série de comunicados, que foram transmitidos diversas vezes, foram fornecidas ao povo algumas explicações oficiais a respeito da proclamação do estado de sítio e enumeraram-se, também, as medidas adotadas para a sua aplicação. As prisões foram indiscriminadas e por prazo ilimitado. A caução de liberdade por delito político foi suspensa. Os julgamentos passaram a ser feitos por tribunais militares ou comissão militar especial. Foram proibidas todas as reuniões (públicas ou privadas).

A formação de sindicatos foram proibidas. A greve tomou-se ilegal. As buscas em casas particulares, estabelecimentos e nos serviços públicos foram autorizadas, dia e noite sem restrições. As transmissões de rádio, televisão ou qualquer outro meio de comunicação foram submetidas à censura, como também, todas as correspondências.

“Os gregos, a partir do dia 21 de abril de 1967, ficaram isolados e desarmados perante o golpe de Estado. A organização do golpe foi inteligentemente arquitetada, e ninguém conhecia seus autores. A impressão que se tinha era a de ter sido uma ação conjugada do Palácio Real, da direita tradicional, de todas as forças armadas e dos americanos.”

A IMPOSSIBILIDADE DE REAÇÃO

A despeito da brutalidade das primeiras medidas de repressão, no dia 21 de abril, não foi possível alguém convencer-se de que um novo regime estava em vias de se instaurar e de que este Poder seria totalmente militar e ditatorial.

“Os militantes, que ainda não tinham sido presos, ao invés de irem para a rua e unir o povo para manifestarem-se, consideraram como mais urgente e importante escapar à vaga de prisões, a fim de conservarem a sua liberdade de agir mais tarde. Atenas era um campo de batalha. Dezenas de tanques patrulhavam as ruas, os pára-quedistas, os policiais e os guardas aplicavam a decisão aparentemente legal, o estado de sítio.

A atitude tomada pelo rei Constantino contrariou qualquer reação das forças com possibilidades de atuarem eficazmente: acordado pelos **putschistas**, o rei não quis acreditar que o “seu exército” lhe desobedecera, todos os generais haviam sido detidos pelos coronéis, nas instalações do Pentágono, sede do Estado-Maior-General, perto de Atenas, e aconselharam o rei a nada fazer que pudesse por em causa a famosa “unidade do exército”.

Seja como for, em abril de 1967, o acordo celebrado entre Constantino e a junta, assim como os pensamentos secretos atribuídos ao rei, convenceram as principais personalidades da administração de que não deveriam opor-se à junta. Os diplomatas, diretores de ministérios e os professores universitários, na sua maioria conservadores e habituados a obedecer à “autoridade”, conservaram suas respectivas funções. Partilhando a angústia comum dos **establishment** grego em face da certeza de um triunfo do

O Livro Negro da Ditadura Grega (I)



centro ou da esquerda nas eleições de maio, doentamente anticomunistas, convenceram-se de que o patriotismo, a sensatez e a prudência militavam em favor da expectativa. Alguns chegaram a aplaudir os militares que expulsaram do templo os seus confrades suspeitos de liberalismo e de progressismo.

Após a atitude dos generais, outro fator que influenciou a posição do rei foram os conselhos, que apressou a dar-lhe, o embaixador norte-americano, Talbot, como também, alguns de seus "amigos" gregos. O conselho era de aceitar o fato consumado, manifestando publicamente a sua tristeza e o seu desejo de obter um rápido restabelecimento das instituições parlamentares e de negociar com os autores do golpe de Estado a partilha do Poder.

Na própria noite de 21 de abril, a cadeia de rádio formada pela rádio nacional, estava em condições de comunicar a constituição do novo governo. A presidência coube a Kollias, que era o procurador-geral do Supremo Tribunal — fervoroso partidário do trono, amigo pessoal da rainha-mãe, Frederica, o homem que tentara abafar o inquérito acerca do assassinato do deputado progressista Lambrakis (em maio de 1963). Em seguida ao presidente, o novo governo foi composto por três coronéis: Jorge Papadopoulos (ministro da Presidência do Conselho); Stylianos Pattakos (ministro do Interior) e Nicolau Makarezos (ministro da Coordenação Econômica).

O rei Constantino, reservadamente, pensava que em pouco tempo poderia reconquistar a situação. Suas esperanças eram depositadas em alguns militares leais (que eram numerosos). Mal informado, ignorou ou avaliou mal a força da junta governante. Ela não se apoiava em números de seus partidários, mas, numa rede de fanáticos dispostos a tudo. Eram capazes de informar imediatamente a respeito de qualquer novimento "suspeito" em todas as unidades. Em suas mãos estavam todos os centros vitais da defesa nacional: a K.Y.P. (a CIA grega), as comunicações militares, os grupos de choques e, após a adesão do general de brigada Patakos (um místico arruaceiro convencido da sua missão histórica), os blindados.

A esperança de Constantino fez com que não aceitasse a oferta do comando da frota — que ordenara já aos seus navios que se fizessem ao largo — e dos principais comandantes da aviação, que pretendiam sair de Atenas, dirigindo-se para Creta, donde lançariam ao exército um apelo de obediência ao poder constitucional e de resistência contra os coronéis golpistas. A primeira resistência exercida por Constantino, quando talvez caiu na realidade, só ocorreu em dezembro de 1967. Por infelicidade do rei, a resistência foi um fracasso. Com esse resultado, Constantino teve que fugir para Roma. Os coronéis, ao corrente dos seus projetos e da sua vontade de evitar a todo o custo um "derramamento de sangue", tinham, desde a sua instalação no poder, eliminado de uma ou de outra forma os mais dinâmicos oficiais liberais e partidários da coroa grega.



Papadopoulos

Documento 1

Ato Constitucional no. 9 de 1967, referindo-se aos professores

"São demitidos todos os professores, agregados e assistentes que:

1 — Pelo seu comportamento na vida profissional e social se tenham oposto, de qualquer forma, ao regime político e social e às suas instituições.

2 — Fazem propaganda em favor do Partido Comunista ou dos seus objetivos e seguem geralmente a linha antinacional traçada pelos comunistas, no que respeita a problemas políticos.

3 — Estão em contato ou mantêm relações com comunistas e organismos que colaboram com os comunistas, influenciando diversas pessoas, ajudando-as a participar em reuniões ou manifestações que visam a perturbação da ordem pública e o derrube do regime social vigente.

4 — Atuam ou se exprimem em favor de um partido político, seja ele qual for, ou que praticaram o proselitismo em favor desse mesmo partido.

5 — Aprovam ou ajudam as manifestações públicas e de caráter político dos estudantes.

6 — Se comportam de forma escandalosa em favor de qualquer partido político.

7 — Foram membros de qualquer organização de caráter político.

8 — No passado, e particularmente no decurso dos três últimos anos, participaram em qualquer espécie de manifestação de caráter político ou publicaram artigos nos jornais políticos.

9 — Pronunciaram discursos em reuniões públicas organizadas por qualquer partido político.

10 — Participaram, de forma não conveniente, em reuniões estudantis de caráter sindical.

11 — Manifestaram, em qualquer caso, aderem a um partido político.

12 — No passado, publicaram artigos assinados em favor de uma organização determinada que atuava contra os interesses do país.

13 — Aprovam ou se revelam moralmente solidários com qualquer manifestação pública dos estudantes de caráter político.

14 — Apoiam, seja de que maneira for, os estudantes esquerdistas.

Documento 2

Testemunho do coronel Jorge Ladas, ao semanário Der Spiegel, em outubro de 1968. Ladas foi nomeado secretário-geral do Ministério da Segurança e em seguida do Ministério do Interior:

"Como comandante da polícia militar (ESA), ocupei-me cerca do fim de 1966 dos preparativos das prisões. O meu plano foi aplicado com exatidão matemática: em 20 minutos foram presos todos os políticos militares e anarquistas que figuravam nas minhas listas."

Documento 3

Referindo-se à repressão na Universidade: declaração feita pelo professor Pezmazoglou, um dos mais brilhantes economistas gregos, em Bruxelas:

"... Em vez de atenuar, a repressão, pelo contrário, agrava-se: muitos membros do corpo docente estão presos sem que nenhuma acusação concreta tenha sido formulada contra eles e à margem de qualquer procedimento legal. A eleição de novos professores está dependente do controle da polícia: aqueles que não tem a aprovação do regime não podem sequer candidatar-se. A repressão alargou-se ao pessoal administrativo da Universidade..."

Documento 4

Memorando de expulsão de uma aluna (Penelope Savinidou) da Faculdade de Arquitetura: Memorando no. 355, da Reitoria, datado de 15.12.68 e assinado por I. Kokkinopoulos (O Reitor).

"Temos a honra de lhe comunicar que, após a sessão de 8.11.68 e depois de termos tomado conhecimento do relatório no. 4.019/12.10.68 do procurador do rei junto do Tribunal Militar de Atenas e do Ministério da Educação Nacional (142.525/6.11.68), a Reitoria da Escola Politécnica de Atenas acaba de lhe aplicar o castigo de expulsão definitiva. Além disso, está definitivamente irradiada da lista dos estudantes da nossa Escola, uma vez que lhe foi aplicada uma pena de prisão pelo tribunal militar acima mencionado.

O Reitor
I. Kokkinopoulos"

Documento 5

Telegrama da Agência France-Press, de 21 de setembro de 1967.

"O Tribunal Militar de Atenas condenou três pessoas a penas de três a quatro anos de cadeia. Uma delas foi condenada por ter ouvido discos de Mikis Theodorakis, a outra por ter ouvido emissões em grego de postos emissores dos países de Este e a terceira por ter dado asilo a um comunista."

Documento 6

O relatório do I.I.P., de 14 de dezembro de 1967, cita, entre outras, o seguinte — (a partir de 29 de abril, o mecanismo da censura era um fato: as direções de jornais recebiam uma folha de instrução geral que codificava aquilo que não deveria ser publicado). Publicado em um semanário francês.

"... Proibição geral de publicar qualquer coisa que, segundo o critério do serviço do controle da imprensa, prejudique a obra do Governo Nacional.

"Proibição de citar os nomes de certos artistas ou de antigos políticos, mesmo numa simples crônica mundana.

"Proibição de comunicar ou de comentar o calendário para o retorno à democracia, anunciado em 17 de outubro de 1967 pelo embaixador grego em Washington.

"A partir de 4 de novembro, proibição de publicar o decreto ou outros textos legislativos promulgados na folha oficial..."

Documento 7

Relatório oficial e carta dos prisioneiros na ilha de Yaros, datada de junho de 1967, e publicada em um semanário francês.

Relatório Oficial: Pattakos

"Os presos que estão em Yaros são privilegiados. Passam aí, verdadeiras férias. Tomam banho de mar. A comida é excelente, a mesma dos soldados. E tudo isso às expensas do Estado..."

Carta dos Prisioneiros:

"Durante vários dias apenas comemos pão. A água, que nos é trazida em barcos do Pireu ou de Syros, quase não se pode beber. Não consentem que nos lavemos. As coisas ainda pioraram por falta de um sistema de evacuação. Este sítio deserto, onde de súbito se reuniram 6.500 pessoas, tornou-se uma fonte de infecções. Inicialmente, o único sítio onde alguém podia satisfazer as suas necessidades era o ar livre. Mais tarde reparamos os antigos esgotos, passando a imundície a ir diretamente para o mar que se tornou assim fétido. Agora, nem sequer o mar nos pode ajudar a manter-nos limpos..."

Documento 8

Uma carta publicada pelo Figaro, sobre a repressão nas Universidades, datada de outubro de 1967.

"... No 4o. andar do prédio da Segurança Geral existe um gabinete especial, a direção da seção Estudantes. Todos os dias de manhã saem daí diversos empregados, de pasta abaixo do braço, ou então levando alguns livros ou uma fotografia, que analisam minuciosamente antes de se irem misturar com os estudantes. Diz-se que a Segurança paga quinhentos dracmas por uma denúncia que lhes revele uma pista frutuosa. Quanto ao resto, os oficiais de polícia Karapanayotis, Gravaritis e Spanos encarregam-se de tudo... Ao passar-se diante das portas dos gabinetes ou das células, ouvem-se gritos abafados e ordens: Fala! Quem foi?..."

Documento 9

O caso de um jornalista: Tassos Dimou. Mensagem do mesmo chegada ao estrangeiro em janeiro de 1968. Publicada em um semanário francês em 1969:

"No dia 21 de abril de 1967, a minha mulher foi raptada e conduzida para a ilha de Yaros. Eu consegui escapar, mas ando a ser procurado. As minhas duas filhas, de 6 e 8 anos, estão afastadas dos pais. Mas isto não é tudo: os policiais de Korydalos (um subúrbio de Atenas), cumprindo ordens da junta, desde há três semanas que fazem buscas na minha casa, onde habitam as minhas filhas em companhia dos avós, que são pessoas de muita idade. Os policiais chegam habitualmente cerca de 2 horas da manhã, obrigam os meus sogros a abrir a porta, procuram por toda a casa, desarrumam tudo, como se fossem gangsters. Os meus sogros estão à beira de uma crise nervosa e os meus filhos acordam de noite com pesadelos. Esta tortura levada a efeito contra pessoas de idade e crianças continua. Os policiais vêm pelo menos três vezes por semana. Dizem: Vamos destruir tudo, tem de nos dizer onde Dimou está escondido. Mas isto não é um fato isolado. Os policiais fazem o mesmo por toda a parte."

(Continua no próximo número)



O LEITOR EM DEBATE

Esta página é reservada aos leitores do JORNAL DE DEBATES. Nela serão publicadas as críticas, sugestões e outros assuntos levantados por cartas que devem ser endereçadas à Redação – Rua Senador Dantas, 117, conjunto 2.124 – com nome e endereço do remetente. A demora na publicação, se houver, deve ser atribuída à falta de espaço.

A PUCC vista por quem tem "olhos de ver"

De um grupo de 17 alunos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP:

O conhecido sacerdote, no entanto, se excedeu em elogios, demonstrando conhecer perfeitamente as regras sobre como fazer amigos e influenciar pessoas.

"Dia 15 passado assistiu-se em Campinas a um verdadeiro cortejo de autoridades militares, civis, eclesiásticas que vieram marcar presença nas cerimônias de inauguração do campus da PUCC. À frente delas se destacava o cardeal D. Agnelo Rossi, cuja conduta possedista o levou a ocupar posição de realce na hierarquia da Igreja (de arcebispo de São Paulo foi elevado a prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos). Tudo transcorreu "divina e maravilhosamente" a julgar ao menos pelas manifestações das autoridades, entre as quais posava para os fotógrafos o governador Laudo Natel. Como bem observou um aluno "só faltou o Emerson Fitipaldi".

Dia seguinte o "Diário do Povo" local, sempre disposto aos aplausos fáceis aos governos vigentes, dava espaço, em primeira página, às palavras do pastor de almas. Sintetizava fielmente o espírito da fala do habilidoso cardeal: "D. Agnelo: milagre da PUCC é símbolo do Brasil de hoje." Como se não bastasse o famigerado "milagre econômico" agora temos que engolir também o "milagre da PUCC".

"Em meio à festança, aos comes-bebes, aos tapinhas nas costas, ninguém dentre as autoridades se lembrou de indagar se a grandiosidade dessa obra inacabada correspondia a uma melhoria qualitativa do ensino ali desenvolvido.

Ninguém se lembrou de advertir que a impaciência do chamado Magnífico Reitor em transferir para o campus alguns dos cursos obrigou os alunos a suportar salas-de-aula até o momento poeirentas, destituídas de quadro negro, etc., o que deu origem a um protesto surdo, mas nem por isso desprezível, de membros do corpo docente. Tudo isso sem contar que, coerentemente com o clima de liberdade de não expressão que domina o país, a PUCC está confiada a um reitor que toma várias medidas arbitrárias (tal como a fusão dos cursos de Ciências Sociais, Estudos Sociais, História, Geografia e Filosofia em dois anos básicos, desrespeitando o direito adquirido por aqueles que em 72 terminaram o primei-



ro ano de um curso específico e atualmente se vêem, sob pena de receberem guia de transferência, compulsoriamente obrigados a adaptar-se a uma "reforma" que inicialmente a eles não deveria atingir). Ele, todavia, é, no fundo, mas bem no fundo mesmo, um democrata em potencial. Não é que, dias atrás, consultou a todos os alunos sobre o melhor horário dos ônibus que os conduziriam ao campus? Isso é que é democracia ao vivo. Não importa que ele silencie e desestimule a crítica e a consulta às bases quando se trata de questões importantes."

Em defesa de Camões

De São Paulo, Roberto de Oliveira faz seu protesto contra um conceito emitido em matéria do JORNAL DE DEBATES, e defende Camões:

"Entre os interessantes artigos publicados por seu jornal, artigos que revelam um louvável esforço de pesquisa, um, pela extrema leviandade – nada condizente com a linha geral do JD – chamou-me a atenção. É uma observação,

ou melhor, um comentário sobre o tipo de textos para análise escolar. Refere-se ele à "chatices" de Camões ("Camões é mesmo muito chato" como alternativa possível para os gozadíssimos textos estruturados sobre frases alusivas a Fittipaldi, Pelé, etc.

"Não é meu propósito fazer aqui uma exposição dos méritos e pecados da obra camoniana – embora considere o seu autor, com todos os defeitos, um verdadeiro marco em toda a literatura de língua portuguesa (ou já deixamos de usá-la?). Para mim, basta lembrar-lhe que nos primeiros anos (se não me engano) da década de 60, "Os Lusíadas" – traduzido com adaptações, é claro – foi autorizado e aprovado pelo governo da Jugoslávia como leitura subsidiária (desenvolvimento do interesse pela Geografia e História Universais) para crianças e jovens dos últimos anos primários e primeiros anos do ciclo secundário. Agora, pergunto: afinal o que é maior – a "chatices" de Camões ou o enorme desnível intelectual de nossos jovens em relação aos de outros países?"

NR.: Caro Roberto de Oliveira, longe de nós queremos minimizar a obra de Camões. Realmente, para um jovem estudante, deve ser chato (nós achávamos, na nossa época), ter de analisar, na escola, o seu texto. Hoje, já amadurecidos, compreendemos a importância que isso

representou para a nossa cultura. Observe bem a nota em questão: ali estamos justamente comentando e estranhando o fato da tentativa de substituir o gênio de Camões pelo "Pra Frente Brasil".

A união faz a força

Em carta ao nosso Diretor Limeira Tejo, o leitor Antônio Saraiva, de Itajubá, Minas Gerais, faz sua sugestão:

"Quando morava em Porto Alegre, e depois em Santa Catarina, acompanhava os seus artigos no "Correio do Povo". Lia-os sempre com interesse. Agora vejo o Jornal de Debates sob sua orientação. Parabéns pela nova fase do periódico, do qual já era leitor no tempo de Matos Pimenta, na época da campanha pelo petróleo e outras memoráveis.

"Ultimamente apareceram três semanários com mais ou menos o mesmo objetivo: fazer imprensa honesta, levantando e debatendo os problemas nacionais que os grandes diários omitem. Parece-me que há uma dispersão de forças. Não seria o caso de unir "Politika", "Opinião" e Jornal de Debates num órgão só? Acredito que teria maiores condições de receber o apoio maciço do público, numa única organização e com menores despesas. Atualmente o leitor ou é "castigado" com a aquisição de três jornais por semana ou se divide entre os três. Em uma nota no no. 4 diz que o Jornal de Debates não ocupa a mesma faixa de "Opinião", mas uma faixa paralela. Não seria melhor fazer isso tudo num único jornal? Se os redatores do Jornal de Debates se unissem aos de "Opinião" juntos chamassem para colaborar os de "Politika" e aumentassem as páginas do novo jornal assim formado, poderiam enriquecê-lo com as mais variadas faixas. Seria um exemplo de maturidade e desprendimento..

"É bom lembrar que as esquerdas cometeram o mesmo erro: dividiram-se tanto que não puderam defender-se na hora da repressão. Foi fácil aniquilá-las. É conhecido o provérbio que diz: dividir para governar. Haveremos de dividir-nos para sermos destruídos? A continuar se multiplicando jornais da mesma orientação ou de faixas paralelas, daqui a pouco teremos um invasão de periódicos para dizer as mesmas coisas, com palavras diferentes. Não temos tantas publicações por aí, inundando as bancas dos jornalheiros, com a mesma matéria ou matéria paralela?"

NR: Fica registrada a sugestão, amigo Saraiva. A respeito, nós temos o nosso ponto-de-vista. Não sabemos os dos nossos coleguinhas, a quem respeitamos e admiramos muito. Obrigado pelas palavras amáveis.

•NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•

Parte do leão para a Fiat

Implantou-se, nas Alterosas, a Fiat Automóveis do Brasil S.A. O capital da nova empresa foi subscrito da seguinte forma: 45% para a matriz italiana, 45% para o Estado de Minas Gerais e 10% para o Instituto Imobiliário da Itália. Acontece, apenas, que o terceiro parceiro é um apêndice do primeiro e que, assim, o sr. Rondon Pacheco abriu mão do controle acionário. Nunca o representante mineiro na diretoria da organização poderá opor-se a decisões que julgue contrárias aos interesses montanhese e brasileiros.

Será que o sr. Rondon Pacheco não sabia de uma ligação que todo mundo sabe? Para nós, o governador de Minas estava pagando qualquer preço para que a fábrica se instalasse no seu Estado. A Fiat, assim, é que parece ter dormido de touca, pois, se tivesse explorado o "drama" do hóspede do Palácio da Liberdade, poderia arrancar muito mais brasas para a sua sardinha, na hora de compor a sociedade.

Argilano aplaude Jornal de Debates

O Deputado Argilano Dario congratulou-se da tribuna da Câmara Federal com a equipe do JORNAL DE DEBATES, pelo que classificou de "seriedade e autenticidade dos que fizeram reviver o semanário de análise política e econômica".

O parlamentar, que é presidente do MDB do Espírito Santo, pediu transcrição nos anais da Câmara do artigo publicado no número 5 do JD, sobre a praga do bicho-mineiro que está ameaçando os cafezais capixabas, sem que o IBC tome uma providência. Disse que a cafeicultura do seu Estado já sofreu demais com a política de erradicação e com a ferrugem, e que os cafeicultores precisam de medidas urgentes através dos órgãos oficiais.

Pistolão ? só de generais ...

A comerciária Maria José dos Santos, viúva, com três filhos menores, já penou terrivelmente para resolver seu problema de moradia. Recém-despejada da meia-água em que mora na Penha Circular, procurou inutilmente conseguir um pequeno apartamento no conjunto residencial da COHAB — o maior do mundo — em Padre Miguel. Mas nem se inscrever conseguiu. Lá na Penha o senhorio insiste: "Ou paga mais 30% ou se muda. O drama de Maria é não poder pagar nem se mudar. E pior ainda: saber que no aludido conjunto há milhares de imóveis vazios, apodrecendo, fechados.

Semana passada, depois da décima viagem à administração do conjunto da COHAB, mal atendida e desprezada como se fosse um animal faminto, mendigando um bocadinho de alimento ela deixou-se tomar pelo desânimo e, visivel-

Nota 10 para Castelo Branco

Abordando como verdadeiro *expert* que é em matéria política, o pronunciamento do general Rodrigo Otávio, em que este atribui à classe política "o baixo nível da vida institucional brasileira", o jornalista Carlos Castelo Branco, em sua coluna, agora dominical, do *JB* de 25/3, indaga se o eminente chefe militar, *tão pressuroso na crítica* (o grifo é nosso), estaria em condições de garantir suporte ao amplo debate das questões políticas nacionais de real envergadura. E arremata:

"Sem que isto aconteça a qualidade continuará a ser a mesma e o padrão sempre inferior, pois a qualificação da ação política é função inequívoca das garantias que cercam o seu exercício". Lembra o articulista, "sem receio de contestação", que "as restrições impostas à participação das instituições civis no processo decisório, afastaram das casas legislativas e dos executivos estaduais elementos de elite, que se sentem convocados a tarefas mais úteis e menos arriscadas".

Não há dúvidas de que o regime em vigor proscreeu errada e precipitadamente da vida pública do país, o que de melhor havia na liderança civil, não só na área política, mas também em todas as demais e, mais notadamente, depois desta, nas da educação, planejamento, economia e científica. (Este comentário é nosso).

Descendo à síntese do atual imobilismo político e do "trancamento de oportunidades dialéticas", Castelo revela que o nosso analista militar "aspira para o Brasil uma situação idêntica a dos EUA, cuja consciência política e cuja formação democrática são tão imperiosas que lá não há terreno vedado à investigação parlamentar, nem temas omitidos ao conhecimento da opinião pública". E num arremate de mestre ressalta que:

"Decisões do Pentágono, tramas das companhias multinacionais, participação de funcionários da Casa Branca em atos ilícitos, tudo é submetido ao crivo do mais ativo e aberto debate, sem que com isto se afete a segurança de uma nação que continua a ser a mais poderosa do mundo".

Ainda segundo ele, disse um embaixador que "os EUA renunciaram à hegemonia mundial, mas não renunciaram ao poder, que continuam a exercê-lo precisamente nesta escala (grifo nosso), sem que com isto suas instituições sofram arranhões de qualquer espécie". E conclui com este fecho de ouro:

"O executivo, lá como por toda parte, amplia sua área de influência, mas sem que isso faça cessar o poder de investigar do Congresso, o poder de julgar, que cabe ao Judiciário, e o poder de publicar, que cabe à imprensa".

NR: Perfeito, Castelo. Estamos plena e integralmente de acordo contigo. Ninguém colocaria melhor as coisas nos seus devidos lugares.

Brava gente

A revolução de 1964 foi comemorada em alto estilo no Estado do Rio: O governador R. Delmiriano Padilha inaugurou um trecho de apenas 20 quilômetros da estrada Niterói-São Fidélis, feita inteiramente no governo de seu antecessor, G. Mattos Fontes. Diga-se de passagem que São Fidélis, município decadente do Norte-fluminense, é o principal reduto eleitoral do Sr. R. Delmiriano Padilha.

Edson Khair também elogia

Ocupando a tribuna da Assembléia Legislativa da GB na sessão vespertina de 27/3, o deputado Edson Khair, do MDB, saudou o reaparecimento do *JD*, então no seu quinto número, com bastante entusiasmo.

"Numa época em que os grandes veículos de comunicação encontram-se subordinados à tarefa de alienação e mesmo de imbecilização do povo brasileiro — disse o parlamentar — temos o prazer de saudar, com redobrados votos de confiança e sucesso, a volta do *Jornal de Debates* às bancas de todo o país, manifestando a convicção de que, sob a direção de Limeira Tejo e Nelson Britto, esse órgão, já definitivamente incorporado à história de nossa imprensa, pelas memoráveis campanhas nacionalistas que desenvolveu no passado, prosseguirá suscitando a discussão de temas sérios e focalizando, em análises de reais profundidades — como têm feito Carlos Rodrigues, Evaldo Diniz, Adalberto Paranhos, os próprios diretores citados e outros excelentes colaboradores — todos os descaminhos e contradições que vêm afligindo nossa pátria".

Khair concluiu renovando suas esperanças de que, "embora não sendo órgão de grande circulação, o *JD* continuará fiel à sua linha, fazendo dela a motivação para prosseguir desmascarando os trustes, denunciando o arbítrio e, finalmente, esclarecendo e politizando o povo de nossa terra".

Imoralidade dos livros didáticos

Em relação ao jogo de interesses, ao roubo de editores e autores dos chamados livros didáticos, a moralização revolucionária parece que ainda continua dormindo em berço esplêndido. Nem o Ministério da Educação nem os conselhos — regionais e federal — tomaram providências no sentido de evitar que cada colégio, para um mesmo nível ou série, num mesmo lugar façam as escolhas de suas preferências. Conclusão: uma família que tem dois filhos estudando, um no 1o. e outro no 2o. ano, não tem a menor chance de aproveitar, no ano seguinte, os livros do filho mais adiantado para o outro. Por quê? Porque simplesmente as escolas exigem não mais aqueles, e sim outros compêndios, de autores amigos ou que simplesmente oferecem comissões nas vendas.

É o caso de se perguntar: para que o governo investe tanto dinheiro dos contribuintes em pessoal e material didático nessa tão badalada Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME)? E olha que são bilhões e bilhões. Será que o doutor-coronel-ministro Jarbas Passarinho pode tomar uma providência? Sugerimos que antes de mais nada fiscalize as compras que estão sendo feitas. E mais ainda as propostas, para evitar que gente como o Frias, das Folhas de São Paulo, consigam vender livros que jamais poderão ser apresentados ao público, por falta absoluta de utilidade. Não é mesmo, doutor Arnaldo Niskier?

•NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•CRUAS•NUAS•

Medo da Imprensa

Nunca, em tempo algum e mesmo agora, uma personalidade internacional, civil ou militar, com responsabilidade ou reacionamento em quaisquer áreas de interesse para o mundo ou setores delimitados dele, pôde fugir do assédio da imprensa brasileira. Homens públicos, educadores, políticos, cientistas, sacerdotes, artistas, escritores, líderes revolucionários e até feministas, se aqui vieram ter, mantiveram contatos amistosos com nossos amigos de imprensa. Os que não o fizeram, bem poucos, não tiveram culpa. Os jornalistas é que não puderam chegar até eles, contidos por dispositivos impeditórios. E antes de 1964, sem exclusão dos nossos presidentes, todas as autoridades atendiam, sempre que lhes era possível, as solicitações da imprensa. Desse modo, ficava o governo e o povo informados do que realmente acontecia ou estava para acontecer, de bom ou mau, dentro e fora do país.

Agora mudou tudo. Os ministros, com exceção do Delfim, raramente falam à imprensa. Preferem não responder a perguntas. Mas inundam os jornais com suas opiniões pessoais a respeito de tudo: projetos, safras, expansão econômica, aumento de preços, alterações de códigos, novas posturas, falta de carne, resultados de conferências, conclaves e simpósios internacionais. Justificam, informam, esclarecem, mas tudo a seu modo. Nada de perguntas incômodas. E tocam suas verdades para a frente. A produção é fértilíssima, mas não satisfaz. O Plano Nacional de Habitação, por exemplo, só é aceito e elogiado pelos homens do governo. Por ninguém mais. O custo de vida só baixa também para eles, nunca para as donas-de-casa, para a maioria de assalariados.

E a coisa parece que vai continuar assim. Talvez pior. No Ministério da Fazenda já foi expedida a ordem de "ninguém fala sem autorização do ministro". No do Planejamento esta ordem já vinha da época de Hélio Beltrão (filho de jornalista, por ironia). Nos outros a situação não é diferente.

Mas no do Interior é pior ainda. O coronel Costa Cavalcanti não permite um pio, especialmente na Funai, onde uma administração totalmente alheia às reais finalidades do órgão, marcha de desatino a desatino, e "não admite críticas". Porque elas "são sempre negativas". Onde chegamos meu Deus, em matéria de retrocesso? Por que o presidente da República não coloca um sertanista à frente da Funai? Por que não a entrega a um indigenista de reputação? Homens capazes não faltam. A Igreja e a própria Funai estão cheias deles. Não seria isto melhor que o vexame de uma ordem arbitrária como a que o órgão acaba de transmitir a Apoema Meireles, ameaçando-o de demissão se ele mantiver contatos com a imprensa?

Olha presidente Medici, o conselho é absolutamente sincero: se desejar conhecer a verdade sobre o que está acontecendo neste país, sob seu governo, le-

vante as restrições à imprensa. Ela só poderá ser útil para quem, como o senhor, é cheio de boas intenções e, estamos certos, só se rejubilaria se de fato tudo o que chegou ao seu conhecimento fosse a expressão da verdade. Faça isto e não se arrependerá. A imprensa, funcionando como uma assessoria geral, fatalmente há de revelar que nem tudo o que está a reluzir nos press-release e nas exposições de motivos dos organismos federais corresponde a verdade.

Amorim do HSE, um quadrado

Existe um certo tipo de gente que gosta de se aproveitar da fraqueza dos outros, para bancar o machão. O diretor do Hospital dos Servidores do Estado, no Rio, Luís Amorim, é um deles.

Aproveitando-se da situação dos 243 médicos residentes do hospital, a maioria jovens recém-formados em outros Estados precisando do hospital para sua especialização e recebendo a ninharia de uma bolsa de Cr\$ 350,00 por mês, o "dr." Amorim expandiu a sua arbitrariedade contra eles: proibiu-lhes usar cabelos e barbas compridos.

Até aí, poderia haver o argumento de que ele não gosta de cabelos e barbudos, é diretor, tem o direito de baixar a ordem, e pronto. Mas acontece que o Amorim usa de dois pesos e duas medidas. Investe contra os jovens que precisam do hospital e têm que aceitar suas ordens quadradas. Mas os médicos contratados, que ele sabe não se sujeitariam à absurda medida, podem continuar usando cabelos longos e barbas compridas.

Que gente!

Oscar Niemeyer atendeu oxford

Após relatar o sucesso de uma conferência feita por Oscar Niemeyer na Universidade de Oxford, com a qual fascinou uma assistência de 500 intelectuais, "ao nível de professor para cima", Hélio Fernandes dá conta que os espectadores elevaram o conferencista à categoria de gênio, colocando-o entre "os estrangeiros mais extraordinários" que já visitaram aquele templo da cultura mundial, entre os quais foram destacados Picasso, Casals e vários outros.

A turma de Oxford, ainda segundo Hélio, dispunha de uma doação para construir mais um edifício anexo para a universidade, mas ficou acanhada de convidar o arquiteto de Brasília e de tantas outras obras famosas em todo o mundo, para projetar o novo prédio — que seria um quase nada em comparação a tudo o que ele já fez. Ocorre que Niemeyer estava igualmente encantado com a receptividade e o carinhoso acolhimento recebido ali por parte de todos e, tão logo o Fernando Gasparian — membro do corpo docente da casa — levou o problema a seu conhecimento, ele, Niemeyer, não só prontifi-

cou-se a executar o projeto como declarou-se honrado com a escolha.

Olha, Hélio, todo gênio, todo homem extraordinário, tem a simplicidade, as reações e o comportamento de Niemeyer. Os presunçosos, arrogantes, "banqueiros", arbitrários, metidos a superiores e cheios de vento, pode ter certeza, são sempre vazios, principalmente de espírito, e incapazes de qualquer gesto de grandeza. Lamentavelmente há uma facção minoritária de brasileiros que incorpora esta plêiade negativista. E quando ela, por força das circunstâncias, consegue, mesmo eventualmente, algum poder, toca a humilhar, a denegrir, a perseguir mesquinamente quantos lhe são superiores. Niemeyer é uma vítima desta excepcionalidade, daí porque, embora saudosos do Brasil, continua ausente dele, recebendo as homenagens de um mundo mais arejado. Picasso também não bem conceituado por aqui. Pergunta ao doutor Buzaid para ver qual é a cotação dele: vai de exótico para baixo.

ESG deve ouvir os dois lados

Aloysio Guedes, carioca do Leme e adepto da Igreja de Jeová, nos escreve para sugerir aos dirigentes da Escola Superior de Guerra — por nosso intermédio — que além desses caras já manjadíssimos e enfadonhos, convidem outras personalidades brasileiras — jornalistas,

magistrados, professores, economistas, engenheiros, cientistas — "aos seus salões de conferências". Aloysio indica de saída os nomes de nosso diretor Limeira Tejo (que os estudantes universitários tanto apreciam), Aliomar Baleeiro, Oscar Niemeyer, Sobral Pinto e os líderes oposicionistas Pedro Horta, Ulisse Guimarães, Franco Montoro, Marcos Tito, Francisco Pinto, Lisânias Maciel, Fernando Lira, Jairo Brum, Aldo Fagundes, Nelson Carneiro, Laerte Vieira, Freitas Nobre e vários outros. Imagina ele que ouvindo "sempre e repetidamente" os mesmos conferencistas, como tem feito ao longo dos últimos nove anos, "e com manifesta preferência pelos que estão enganados no governo ou atrelados, por interesses, ao seu reboque, jamais os dirigentes e alunos da nossa Sorbonne ficarão conhecendo a realidade nacional, para a qual o livre debate dos grandes temas nacionais é imprescindível".

NR: Aí está o registro, Aloysio. A sugestão é realmente excelente, pertinente e inquestionável quanto a seu enfoque. Mas não pense ter sido você o primeiro a levá-la. O próprio presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, já a expôs, visando idêntico objetivo, mas sua voz não alcançou sonoridade suficiente para sensibilizar os dirigentes da ESG. Eles parecem preferir o mesmo coro, a mesma fanfarra que vai ali para se repetir e encher a paciência de um auditório indiferente e frio. Sim, porque por melhor que seja a música, ela termina enfadando e aborrecendo, quando o disco toca demais. Continue escrevendo, Aloysio, que estamos aqui mesmo no plantão, às suas ordens.





Amaral Neto

Amaral, do Maquis a Os Brasileiros

O deputado federal Argilano Dario, presidente do MDB capixaba e um dos poucos representantes do povo que continuam batalhando pela redemocratização do país, escreve aprovando nosso retorno e pedindo que passemos a observar a atuação dos ilustres membros do Congresso, porque está se aproximando, com a necessidade de renovação dos mandatos no ano que vem, "a fase das grandes tiradas demagógicas para impressionar o eleitorado". Eis uma excelente lembrança. Aceite os agradecimentos do Prior, meu caro Argilano.

Mas por enquanto vamos pegando também a rapaziada que se esmera em demagogia, mantendo-se 512 mil quilômetros distantes dos plenários da Câmara e do Senado. No caso, o Amaral Neto, que o saudoso Stanislaw Ponte Preta preferia chamar de Amoral Nato e de quem Gondin da Fonseca prefere nem ouvir falar, por motivos que continuam incubados para nós, embora deles possamos tirar modestas conclusões. Congnominado, por absoluto merecimento, pai da imprensa marron no Brasil, o sábio parlamentar arenista — agora editor, diretor, produtor e publicitário dele próprio — começou a aparecer no panteon udenista há uns 20 anos, produzindo uma revistinha inocente de nome Maquis, que não tinha nada a ver com esconderijo de bandidos, guerrilheiros ou terroristas, mas sim com o que naquela época se preferia chamar de escândalo. E de escândalo em escândalo foi preciso que se criasse uma censurazinha, que não havia então, só para conter as investidas do futuro líder de Carlos Lacerda na Assembléia Legislativa. Como se vê a publicação, mesmo posta fora de circulação por um imperativo de saneamento e moralidade pública, já desenhava (ou vocês acham melhor prognosticava?) um brilhante futuro político para seu diligente diretor. E ele não se fez de rogado, aproveitou o embalo e foi subindo. Subiu, subiu, foi até a altura de um imenso cafezal. Dizem que ele não concordava em perdoar a dívida dos exportadores cariocas não, mas já que Lacerda insistia... Era um bocado de gaita que se perdoava de quem podia pagar. Mas de quem não podia, como era o

caso dos devedores de impostos e taxas menores, cobrava-se com ameaças de cadeia. Nina Ribeiro, Raul Brunini, Mac Dowell, Everardo Magalhães Castro, Edson Guimarães, Danilo Nunes e outras glórias do lacerdismo se uniram na ladainha do perdão, que não foi lá tão gracioso para os exportadores e menos ainda para o povo carioca. Mas tudo já passou. O melhor é deixar a carniça enterrada para não feder. Voltemos então ao Amaral do presente. Do presente sim, mas já com o futuro garantido, que ele não é besta. Logo quem, o Amaral, que nunca foi de dar alpiste a passarinho dos outros. Vocês não de retrucar: "mas ele deu café!" Deu sim, preparou, adoçou etc., mas o café ele pôde tomar também, porque estava fresquinho, bom, favorável ao metabolismo. E depois não era dele. Sabe como é: dar o que não é da gente é muito cômodo. Queremos ver é o sujeito dar para o curió do vizinho o alpiste que é do seu canário belga. Não é Amaral? E muito especialmente quando se está meio na lona. Agora não, ele pode até fazer isso, pois descobriu uma profusão de minas de ouro ao longo dos 512 mil quilômetros que percorreu com sua equipe. Esta não deve ter visto nada, mas ele... duvido.

Mas olha Amaral, não precisas exagerar tanto. Esse negócio de elogiar a "indústria automobilística nacional", a "indústria farmacêutica nacional", os "equipamentos de telecomunicações da indústria nacional", os benefícios sociais do Ibra, do Incra, do Pis, do Inda, do Proterra, a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, a Embratel, as excelências do colonialismo português, exigem um pouco mais de cautela e comedimento.

Tu podes tomar a gaita de todo mundo. Ninguém tem nada com isso. Mas manera, tá? E pára de falar tanto no nome do Wanderley, porque vais terminar derubando o homem do governo do Estado do Acre. Ele já deve andar muito chateado com esse negócio. Controla tuas frustrações e vais tratando as autoridades — pelo menos algumas — com mais respeito. É bom não te esqueceres do que aconteceu ao Chacrinha por causa desse mau costume. O velho palhaço

abusava do direito de mandar abraços para governadores, ministros, generais, brigadeiros, almirantes, com os quais sabidamente não mantinha intimidade.

Era tudo na base do faz de contas que sim. Conclusão: recebeu um pito humilhante e foi proibido de continuar com a pândega comprometedor. Tu, se não te mancares, vais sofrer os mesmos vexames. Olha Amaral, mas olha mesmo, nós nos prezamos de sermos amigos, mas amigos mesmo, dos ministros Mário Andrezza, João Paulo dos Reis Veloso, Delfim Neto, do ex-ministro Hélio Beltrão, dos governadores Laudo Natel (SP), Artur Gerhardt (ES), Eraldo Gueiros (PE), de vários senadores, deputados, almirantes, generais e brigadeiros, porém, sempre que nos defrontamos em público, no exercício das funções e em presença de terceiros, dispensamo-nos, mutuamente, um tratamento, senão cerimonioso, mas de visível respeito. Talvez seja por isto que ninguém nos evita.

Mas quanto a ti? Podes dizer o mesmo? Claro que não, pois se o fizesses estarias mentindo. Eu próprio já testemunhei várias autoridades se volatizarem para evitar tua presença. Ou melhor: tua intimidade incômoda. Tu além de levars dinheiro ainda te achas com o direito de reconstranger as pessoas? Reconstranger sim, porque o primeiro constrangimento é o teu pedido para vender um programa assim e assado. Humildade rapaz. Um pouco não te fará mal, pois ninguém mais do que tu está a precisar de alentadas doses. O conselho é de pai pra filho — e é de graça. A propósito Amaral, tu já fizestes alguma coisa de graça para alguém, algum dia? Como sei que tua resposta é negativa sugiro que experimentes, mesmo contrariando os teus maus princípios, dar uma de escoteiro. Uma só meu çhapa. Depois conta prô Prior qual foi a sensação que sentistes. Mas diz a verdade, sem esconder nada, por mais dramática que ela seja. Tá? Do contrário nada mais poderei fazer para tentar tua recuperação. Mas vou te reservar uma vaga no ambulatório da prelaia só para essa confidência da verdade, que sabemos deverá ser dolorosamente pesada para teu espírito tão

afeito à impiedade e à mentira. É que estamos convencidos de que ainda há salvação para ti. Agüenta firme, Deus perdoa quase tudo e eu vou separar uns versículos da Bíblia (livro de São Mateus) para tu decorares e dizeses mil vezes, diariamente, como penitência. Passa lá na capela, das duas às quatro, que vamos te entregar o material selecionado. Nota, Amaral (a gente fala nota e pronto, o homem se alvoroça todo), que o teu himalaia de perjúrio já está passando da conta. Ainda (domingo, dia 25/3), por tua causa tivemos de puxar as orelhas do velho sacristão Eufrázio, porque eufórico com o teu eufrásmo (estilo afetado) ameaçava tornar-se infiel. Não só assistiu teu programa na sacristia, o que já representa uma agressão à Casa de Deus, como corrompia, mesmo inconscientemente, a vira-latas Pureza, pobre cadelinha que nunca fez mal a ninguém para receber tamanho castigo. Fomos obrigados a evacuar o aparelho de TV para o interior da casa paroquial. Eufrázio já está velho demais para ser confundido com aqueles delinqüentes juvenis que a polícia agarrou numa batida na praça N. S. da Paz, em Ipanema. Cada um tinha um fascículo de "Os Brasileiros".

Outro que deve estar enfadado com tuas puxadas é o presidente Medici. Mas aí bem poucos são os que te podem censurar. Rei morto, rei posto. Antes de Medici era o Costa e Silva (que Deus o tenha em bom lugar), "o grande marechal", "o grande presidente". Amaral, Amaral, vê que tua bajulação já está dando na vista. Tudo que passa da conta tem destino efêmero e melancólico. Será que já esquecestes o fim do Maquis, a revistinha gazua que te alimentou a imaginação doentia, 20 anos atrás?

O teu desgaste é um fato meu chapharia. Basta que volvas — se puderes — o pensamento para o final da última campanha eleitoral, e terás o demonstrativo gritante do que estamos a te advertir.

Esperavas "um milhão" de votos e só recebestes "um tostão" — dos incautos. E foi muito para quem nada produziu além de mentiras.

JORNAL DE DEBATES

DIRETORES

Limeira Tejo
Nelson Brito
SUPERINTENDENTES
Genilson Gonzaga (GB)
Milton S. Passos (SP)

EDITORES

Vinícius Seixas (RIO)
Adalberto Paranhos (SP)
Euro Arantes (MG)
SECRETÁRIO
Antônio Araújo

ARTE

Erik Weiner
MONTAGEM
Lino Carvalho
ILUSTRAÇÕES
Camargo

Relação e Administração: Rua Senador Dantas, 117, conj. 2124, tel. 232-9908 (rede interna), Rio-GB • São Paulo: Av. São João, 239, grupos 1 e 2, 7o. andar, tel. 36-2196 • Belo Horizonte: Rua Desembargador Drummond, 111, tel. 26-0669 • Correspondentes no Brasil — Pedro Campos (Brasília), Mário Lima (Salvador), Nivaldo Serpa (Recife) e Paulo Maia (Vitória) • Representantes em Bonn, Roma, Paris e Nova York • Composto e impresso (eletronicamente) na Gráfica Editora Jornal do Comércio, o JORNAL DE DEBATES — propriedade da Editora Tejo Ltda. — é distribuído para todo o Brasil pela Abril S/A Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Lapa, SP. Preço exemplar atrasado: Cr\$ 2.50.